



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

NEWMARA COSTA DA COSTA

**EDUCAÇÃO SEXUAL: ABORDAGENS PRESENTES NA PROPOSTA
CURRICULAR DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA**

BREVES-PARÁ
2019

NEWMARA COSTA DA COSTA

**EDUCAÇÃO SEXUAL: ABORDAGENS PRESENTES NA PROPOSTA
CURRICULAR DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Humanas, do Campus Universitário do Marajó – Breves, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes

BREVES-PARÁ
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C837e Costa, Newmara Costa da.
EDUCAÇÃO SEXUAL: ABORDAGENS PRESENTES NA PROPOSTA
CURRICULAR DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA /
Newmara Costa da Costa. — 2019.
57 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação,
Campus Universitário de Breves, Universidade Federal do Pará, Breves, 2019.

1. Educação Sexual. 2. Projeto Político-Pedagógico. 3.
Prática docente. I. Título.

CDD 370

NEWMARA COSTA DA COSTA

**EDUCAÇÃO SEXUAL: ABORDAGENS PRESENTES NA PROPOSTA
CURRICULAR DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Humanas, Campus Universitário do Marajó – Breves, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes (Orientador)

Prof. Dr. Elson de Menezes Pereira (Examinador – UFPA)

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães (Examinadora – UFPA)

Apresentado em: 30 / 09 / 2019

Resultado: APROVADO

BREVES-PARÁ
2019

Dedico esse trabalho aos meus familiares, em especial aos meus pais Maria Edmaura e Nonato Ferreira, e meus avós Elza Maria e Antônio Monteiro. A minha conquista, será eternamente nossa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, desde o primeiro momento em que fui abençoada ao ser aprovada no vestibular. Obrigada por me transmitir, sabedoria, paciência e persistência para concluir o curso de Pedagogia.

Aos meus pais, a minha mãe Maria Edmaura, que sempre esteve ao meu lado e foi minha maior incentivadora; e ao meu pai Nonato Ferreira que sempre batalhou para proporcionar a melhor educação para seus filhos. Obrigada por estarem sempre ao meu lado.

Aos meus avós, a minha avó Elza Maria e Antônio Monteiro, sou grata pelo carinho e todas as orações diárias que vocês me dedicaram.

Ao meu irmão Newmar, sua esposa Rafaela e minha sobrinha Valentina, que torceram por mim.

Aos meus tios queridos, Emerson, Edson, Elderson e Elrison, pelos momentos de descontração e palavras de ânimo.

Ao meu noivo e colega, Rômulo Lobato, que me motivou em todos os momentos do curso. Obrigada pela paciência nos momentos de tensão e empenho.

À minha madrinha Rosana, que sempre buscou me auxiliar durante este período tão importante.

Aos meus amigos e amigas, Ingrid, Amanda, Raila, Silvia, Dayana, Raquel, Genison, Izanias e Ariel, que tornaram minha jornada acadêmica mais agradável.

Ao meu orientador, Leonildo Guedes, por todo apoio e atenção para me orientar nessa monografia.

A(o)s querido (a)s mestres da Faculdade de Educação e Ciências Humanas, que compartilharam seus conhecimentos em sala de aula e acompanharam minha jornada enquanto universitária.

Aos alunos, professores, coordenadoras, diretoras e a todos (as) os (as) funcionários (as) das escolas da zona urbana do município de Breves-PA onde realizei meus estágios, representado aqui pela professora Bianca Rocha. Obrigada por compartilharem suas experiências.

Aos professores e coordenador da escola da zona urbana do município de Breves-PA onde realizei minha pesquisa, pela recepção, pelo acolhimento e pela disponibilidade em ajudar na pesquisa.

Por fim, sou grata a todos e todas que foram muito importantes na minha vida acadêmica e que me deram forças para que tudo desse certo.

Tratar de sexualidade na escola requer o alicerce de uma concepção científica e humanista desta sexualidade, superando o senso comum, que é o nível primário do conhecimento social.

(NUNES E SILVA, 2000).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetivou analisar a inserção do tema “Educação Sexual” no projeto político-pedagógico e no currículo de uma escola de ensino fundamental, anos iniciais, localizada no município de Breves-PA. Esta pesquisa propôs responder ao seguinte questionamento: Como o tema “educação sexual” é abordado no projeto político-pedagógico e no currículo (conteúdos e práticas) de uma escola de ensino fundamental, anos iniciais, localizada no município de Breves? As questões norteadoras atreladas a esse problema de pesquisa foram: Como se dá o processo histórico da educação sexual no Brasil? Como se caracterizam os conteúdos e as práticas pedagógicas para a abordagem do tema “educação sexual”? Para sua implementação, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Posteriormente, optou-se por uma abordagem qualitativa, tendo como tipo de pesquisa o estudo de caso em uma escola de ensino fundamental da zona urbana do município de Breves-PA. A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, realizadas com 05 professores. Para fundamentar as discussões desta pesquisa, utilizamos as proposições de Figueiró (1996), Ribeiro (2004), Nunes e Silva (2000) Furlani (2011), Maistro (2009), Benites (2006), Louro (1997), Frison (2008), Egypto (2012). Também foram analisados três documentos que conduzem a educação nacional, que são: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Os resultados da pesquisa apontam que a educação sexual, na escola pesquisada, está inserida por meio do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Curricular e se concretiza na sala de aula por meio da prática docente. No entanto, a educação sexual que temos está mais relacionada aos aspectos biológico-higienista e pedagógico. Portanto, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a abordagem emancipatória - ou política, como alguns autores preferem mencionar - da sexualidade, visto que a sexualidade engloba diversos aspectos, além dos quais já estão sendo trabalhados na escola.

Palavras-chave: Educação Sexual. Projeto Político-Pedagógico. Prática docente.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Paper aimed to analyze the insertion of the theme "Sex Education" in the political-pedagogical project and in the curriculum of an elementary school, early years, located in the city of Breves-PA. This research proposed to answer the following question: How is the theme "sex education" approached in the political-pedagogical project and in the curriculum (contents and practices) of an elementary school, early years, located in the municipality of Breves? The guiding questions related to this research problem were: How is the historical process of sexual education in Brazil? How are the contents and pedagogical practices characterized for the approach of the theme "sex education"? For its implementation, a bibliographic search was initially performed. Subsequently, we opted for a qualitative approach, taking as a type of research the case study in an elementary school in the urban area of Breves-PA. The technique used for data collection was the semi-structured interview, conducted with 05 teachers. To support the discussions of this research, we use the propositions of Figueiró (1996), Ribeiro (2004), Nunes and Silva (2000) Furlani (2011), Maistro (2009), Benites (2006), Louro (1997), Frison (2008).), Egypto (2012). Three documents leading to national education were also analyzed, namely: National Education Guidelines and Bases Law, the National Curriculum Parameters and the 9 (nine) year National Curriculum Guidelines. The results of the research indicate that the sexual education in the researched school is inserted through the Pedagogical Political Project and the Curricular Proposal and is materialized in the classroom through the teaching practice. However, the sexual education we have is more related to the biological-hygienist and pedagogical aspects. Therefore, there is still a long way to go to achieve the emancipatory - or political approach, as some authors prefer to mention - of sexuality, since sexuality encompasses several aspects, beyond which they are already being worked on in school.

Keywords: Sex education. Political-Pedagogical Project. Teaching practice

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: HISTÓRIA, ABORDAGENS E OS DOCUMENTOS OFICIAIS	16
2.1	Principais abordagens da educação sexual no Brasil em uma perspectiva histórica	16
2.2	A educação sexual na escola a partir dos documentos oficiais	20
2.3	Abordagens presentes no currículo de uma escola no município de Breves-PA	24
3	EDUCAÇÃO SEXUAL EM PRÁTICAS CURRICULARES	28
3.1	A relação entre a proposta curricular da escola e seu desenvolvimento na prática educativa	29
3.2	As metodologias presentes no currículo escolar	33
3.3	Apontamentos para uma educação sexual emancipatória	43
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICES	53

1. INTRODUÇÃO

No terceiro período letivo do curso de pedagogia no Campus Universitário Marajó-Breves, durante a disciplina Biologia da Educação, tivemos a oportunidade de discutir sobre a importância da educação sexual nos diversos níveis educacionais e foi possível compreender, por meio dos relatos dos colegas de turma, que nos anos iniciais esse tema nem sempre é discutido nas salas de aula. Uma vez que, há uma resistência por parte da escola em tratar esse tema com crianças e pré-adolescentes, sendo que, estes já se depararam com situações seja na família ou através das mídias, que as influenciam sobre o tema.

A partir dessas situações surgiu a motivação para investigar sobre a temática educação sexual. Dada a importância do tema para o desenvolvimento biológico, psicológico, cognitivo e afetivo da criança em sua fase de desenvolvimento corporal.

A temática necessita ser abordada dentro e fora do ambiente escolar, no entanto, muitas instituições de ensino estão se omitindo dessa responsabilidade. Segundo algumas pesquisas apresentadas posteriormente, isto ocorre por carência de materiais didáticos apropriados, capacitação dos educadores e espaço adequado na escola.

Entende-se que, a família tem papel primordial na educação sexual, todavia a escola também é responsável por promover um processo de intervenção pedagógica que tenha como objetivos transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, como propõe as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998.

Nessa perspectiva, o educador deve estar preparado não só para lidar com a curiosidade, mas principalmente, com as manifestações da sexualidade de seus alunos. É função da escola criar um ambiente de discussões nas quais as curiosidades dos alunos possam ser sanadas auxiliando no seu desenvolvimento sem lhe acarretar constrangimento.

Diante disso, a presente pesquisa buscará averiguar o trabalho pedagógico sobre educação sexual através do projeto político-pedagógico e da proposta curricular de uma escola de ensino fundamental do município de Breves-PA.

Os resultados desta pesquisa podem vir a evidenciar a relevância de incluir na proposta curricular a temática educação sexual, além de identificar de que forma a temática vem sendo trabalhada dentro da escola.

A pesquisa pretende contribuir social e pedagogicamente para a reflexão de professores, pais e gestores escolares a respeito da importância da educação sexual para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e racional dos discentes. Além disso, pode contribuir academicamente ao fornecer subsídios para outras pesquisas sobre esta temática.

Na atual conjuntura, diversos autores vêm discutindo o tema educação sexual, sob múltiplos aspectos, o que permite ponderar de que maneira vem sendo desenvolvido o tema educação sexual, e buscar novos horizontes sobre a temática dentro das nossas escolas.

Ao pesquisar pelo índice “educação sexual”, no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foi encontrado um total de 1,519 resultados, dos quais em sua maioria, eram pesquisas relacionadas às ciências da saúde. Portanto, foi necessário especificar por área de conhecimento (ciências humanas) e fazer um recorte temporal. Assim, o período escolhido foi de 2003 a 2018 por abranger um período contemporâneo e, ao mesmo tempo, que possibilite situar o movimento histórico. Com isso, apareceram um total de 124 resultados.

Após verificar os objetivos de cada resultado, chegamos a um total de apenas 10 produções científicas, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado que dialogam com o recorte temático da pesquisa.

Essa revisão de literatura é bastante relevante para a pesquisa, pois nos permite dialogar com os autores que já pesquisaram sobre o tema e como afirma Gil (2002, p. 61):

É muito importante buscar esclarecer-se acerca dos principais conceitos que envolvem o tema de pesquisa, procurar um contato com trabalhos de natureza teórica capazes de proporcionar explicações a respeito, bem como com pesquisas recentes que abordaram o assunto.

Ou seja, a partir dessa revisão teremos uma compreensão mais aprofundada do que vem sendo discutido a respeito da educação sexual.

A seguir será apresentado os resultados das produções científicas selecionadas a partir da revisão de literatura, retratando os objetivos e as conclusões que esses autores alcançaram com suas pesquisas.

Corrêa (2003) pesquisou sobre a presença de ações educativas voltadas à sexualidade em uma escola pública e as sugestões apontadas pelos professores e alunos para a viabilização de ações voltadas à realidade escolar, além de investigar as ações relativas à sexualidade realizadas pela escola pesquisada, identificando a ocorrência de assuntos relacionados à educação sexual, as considerações dos professores e alunos sobre a abordagem desses assuntos e os indicadores para sugestões de programas educativos contextualizados à realidade pesquisada. Essa autora concluiu que a abordagem dos assuntos relativos à educação sexual está condicionada ao currículo de matérias específicas e vinculada à figura do professor, sendo realizada de maneira assistemática e descontínua, distante das proposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Ribeiro (2009) pesquisou sobre como tem ocorrido o processo de implementação do Tema Transversal Orientação Sexual, apresentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), além de observar na prática como vem ocorrendo o trabalho com o referido tema na escola e investigar a ação da professora diante do tema orientação sexual. Essa autora concluiu que a análise da comparação entre os temas abordados na escola e os conteúdos dos PCN revela um processo híbrido de implementação desta proposta na escola pesquisada, e que ainda prevalece a abordagem médica da sexualidade humana.

Martin (2010) pesquisou sobre a concepção de 13 professoras sobre sexualidade, bem como a consciência de sua responsabilidade na Educação sexual dos alunos. Essa autora concluiu que no questionário inicial de sua pesquisa, as professoras apresentam conhecimento sobre sexualidade humana, mas ainda incipiente e de forma “tímida” e, após a participação no curso ficou evidente o entendimento de muitas questões, proporcionando o fortalecimento das mesmas ao abordarem o assunto, bem como o seu papel de educar sexualmente os alunos.

Moizés (2010) pesquisou sobre o significado que alunos e professores dão sobre o tema educação sexual articulado com a escola, tendo em vista planejar proposta de programa educativo, sobre esses assuntos, favorecendo o conhecimento do educando e educador para lidarem com estas questões no cotidiano escolar. Essa autora concluiu que os alunos relataram dúvidas precárias e básicas, revelando que a escola quase não fala sobre o assunto. Os temas menstruação, bolinação e beijo na escola, são os que despertam mais interesse e preocupação.

Martins (2011) pesquisou sobre em que medida a educação sexual está sendo (ou não) trabalhada nos anos iniciais, identificando a relação entre as concepções e as práticas desenvolvidas, no cotidiano escolar, pelos professores do Ensino Fundamental sobre educação sexual. Essa autora concluiu que os/as professores/as, em sua maioria, apresentam uma concepção biológica da sexualidade, enxergando-a como algo diretamente relacionado ao ato sexual e cuja finalidade maior seria prevenir e evitar problemas, transtornos como, por exemplo, doenças sexualmente transmissíveis. Dessa forma, eles/as esquecem de tratar questões emocionais e de relacionamento entre os/as alunos/as.

Santana (2013) pesquisou sobre as percepções de 35 discentes e duas professoras, do 5º ano do Ensino Fundamental, sobre sexualidade e gênero e a relação dessas temáticas com a educação. Esse autor concluiu que os profissionais da escola e as famílias dos estudantes não se sentem à vontade quando temas dessa natureza são abordados no ambiente escolar. Diante disso, o autor ressalta a necessidade de transformação de concepções, procedimentos e atitudes sobre a sexualidade humana e as relações de gênero na escola como contributo para superação

do determinismo de papéis sociais e dos preconceitos e discriminações nas políticas e práticas cotidianas da sociedade.

Rodrigues (2015) pesquisou sobre as práticas pedagógicas em educação sexual, realizadas por professores de Ciências e verificou em que medida a formação continuada interfere em suas concepções e ações nas aulas. Essa autora concluiu que quando se trata de educação sexual, os docentes conhecem as demandas da comunidade escolar, têm interesse em atender as necessidades formativas dos alunos, reconhecendo que há precocidade na iniciação sexual. No entanto, apresentam dificuldades em enfrentar críticas, tabus, medos e preconceitos e em estender a temática para adolescentes mais novos, visto que não encontram respaldo no Currículo Oficial de Ciências.

Zocca (2015) pesquisou sobre a existência ou não da prática de ensino da sexualidade nas escolas, como ela é desenvolvida e as dificuldades encontradas quando é aplicada. Esta autora concluiu que apesar de existir uma legislação que determine a realização da Educação Sexual na escola, não é o suficiente para que ela se efetive. As dificuldades verificadas relacionam-se à falta de um profissional especializado; a família; a religião; a faixa etária; preconceito e falta de participação mais contundente da Secretaria da Educação no sentido de viabilizar toda uma estrutura (política pública, capacitação e os recursos necessários) para sua realização.

Inácio (2018) pesquisou sobre a concepção da equipe escolar de uma escola de educação infantil e fundamental (séries iniciais) sobre sexualidade, educação sexual e comportamentos dos alunos perante suas sexualidades. Este autor concluiu que ainda permanecem arraigados conceitos tradicionalmente passados com base em desconhecimento, preconceitos, medo, insegurança, não obstante a mídia exercer um chamamento intenso sobre aspectos da manifestação da sexualidade. O autor indicou, ainda, que muito ainda precisa ser feito para que, de fato, a educação sexual seja implantada nessa instituição.

Vaccari (2018) pesquisou sobre as concepções de professoras e professores de Ciências de três escolas municipais de uma cidade no interior de São Paulo em relação à implementação da Educação Sexual como tema transversal. Esta autora concluiu que os temas são tratados de maneira reducionista e higienista, não havendo preocupação com fatores sociais, culturais e psicológicos, o que pode acarretar no comprometimento da qualidade de vida das alunas e alunas e das práticas dos docentes.

Em síntese, as pesquisas abordam o tema educação sexual, em sua maioria, relacionada à prática educativa, demonstrando como essa temática é trabalhada em sala de aula e ressaltando

a importância de se ter uma formação docente inicial e continuada que subsidiem a prática do educador ao trabalhar com essa temática.

Algumas produções como as de Ribeiro (2009), Moizés (2010), Martin (2010), Martins (2011), Santana (2013), Inácio (2018), Vaccari (2018) e Rodrigues (2015) buscaram identificar as concepções/percepções dos sujeitos a respeito da educação sexual na escola, de modo geral, os resultados apontaram que a equipe escolar idealiza a educação sexual apenas sob a concepção biológica e fisiológica o que não se enquadra as necessidades formativas dos alunos.

Já as produções de Rodrigues (2015) e Zocca (2015) abordaram as dificuldades do trabalho pedagógico com a educação sexual na escola. Essas dificuldades estão relacionadas à falta de um profissional especializado, a família, a religião, a faixa etária, preconceito, tabus, medos, críticas e etc.

De acordo com os resultados acima demonstrados, foi possível observar que alguns autores trazem assuntos que se aproximam a temática que pretendo pesquisar tais como a abordagem da educação sexual nas instituições de ensino no Brasil. No entanto, cada pesquisa vem ser inovadora em sua área uma vez que contribui para conhecermos melhor essa temática que vem sendo colocada em pauta, que é a educação sexual.

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: Como o tema “educação sexual” é abordado no projeto político-pedagógico e no currículo (conteúdos e práticas) de uma escola de ensino fundamental, anos iniciais, localizada no município de Breves - PA? Para adentrar mais profundamente ao tema da pesquisa, propomos as seguintes questões norteadoras: Como se dá o processo histórico da educação sexual no Brasil? Como se caracterizam os conteúdos e as práticas pedagógicas para a abordagem do tema “educação sexual”?

Para tanto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a inserção do tema “Educação Sexual” no projeto político-pedagógico e no currículo de uma escola de ensino fundamental, anos iniciais, localizada no município de Breves-PA. De modo específico buscamos: Contextualizar o processo histórico da educação sexual em escolas públicas brasileiras; Discutir sobre os conteúdos e as práticas pedagógicas para a abordagem do tema “educação sexual” em uma escola de ensino fundamental do município de Breves-PA.

Para que sejam alcançados tais objetivos, adotamos a pesquisa qualitativa, uma vez que segundo Tozoni-Reis (2009, p.15), “a pesquisa qualitativa defende a ideia de que, na produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais, interessa muito mais compreender e interpretar seus conteúdos que descrevê-los”, ou seja, o estudo buscará obter uma compreensão mais analítica sobre tema, ao invés de apenas apresenta-lo.

A pesquisa é do tipo estudo de caso, segundo Yin (2001, p.32), “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, além disso, a pesquisa tem por objetivo apresentar o objeto sem intervir sobre o objeto a ser pesquisado. A escolha do estudo de caso também se deu porque esse tipo de pesquisa proporciona uma maior aproximação com o objeto que se pretende pesquisar, essa aproximação provém da relação entre o pesquisador e os demais sujeitos da pesquisa.

Diante disso a pesquisa tem como fase inicial a revisão bibliográfica, que segundo Fonseca:

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (apud SILVEIRA, GERHARDT 2009, p.37).

Para realizar a pesquisa bibliográfica, primeiramente realizamos o levantamento de referências teóricas já publicadas a respeito da temática discutida na pesquisa. Essas referências bibliográficas foram obtidas por meio de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites.

Em seguida, realizamos a pesquisa de campo, esta pesquisa teve como lócus de estudo uma escola municipal de Breves, que atende crianças e adolescente do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Como interlocutores foram selecionados 01 coordenador pedagógico, para que seja possível obter informações sobre o projeto político-pedagógico e currículo da escola, e 05 professores da rede municipal de ensino que trabalham nos anos iniciais do ensino fundamental, com a finalidade de verificar como se caracterizam as práticas pedagógicas para a abordagem do tema “educação sexual”.

A coleta de dados deu-se por meio da pesquisa documental, onde averiguamos temáticas relacionadas a educação sexual presentes no projeto político-pedagógico e na proposta curricular da escola pesquisada.

Pesquisa documental - É aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências (SILVEIRA E GERHARDT, 2009, p. 69, grifos do autor).

Além da análise documental, a entrevista semiestruturada foi fundamental para pesquisa, uma vez que, com as respostas dadas pelos sujeitos, foi possível contemplar os

questionamentos e objetivos apresentados nesta pesquisa. Para isso, foi necessário organizar um roteiro flexível de questões sobre o tema pesquisado, de forma que possibilitou ao entrevistador e entrevistado discutir o tema pesquisado e seus desdobramentos (TOZONI-REIS, 2009).

As questões que foram utilizadas durante a entrevista tiveram que ser elaboradas de maneira que permitisse o entrevistado dar respostas descritivas e analíticas, evitando respostas sem justificativa (sim/não). Apesar de a entrevista semiestruturada abrir espaço para novas questões, estas careceram ser sondadas, para evitar que o entrevistado exceda o tema proposto (SILVEIRA E GERHARDT, 2009).

Após a pesquisa de campo, realizamos a análise dos dados coletados no decorrer da pesquisa, buscando relacionar com os autores da revisão bibliográfica e acrescentando as reflexões produzidas a respeito do tema proposto.

Para análise dos dados, realizamos primeiramente a organização de todos os dados obtidos durante a pesquisa. Para isso, foi feita uma pré-análise que consistiu em explorar esse material de maneira menos aprofundada:

Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações (MINAYO apud SILVEIRA E GERHARDT, 2009, p.84).

Em seguida, construímos categorias a partir de assuntos e temas que foram surgindo na leitura do material para organizar os dados.

Por fim, realizamos a análise final, momento em que procuramos estabelecer inferências sobre os dados, articulando com os referenciais teóricos da pesquisa, isto significa responder às questões e atingir os objetivos da mesma (TOZONI-REIS, 2009, p. 96).

A pesquisa se constitui em dois capítulos. O primeiro apresenta uma breve discussão acerca do histórico da educação sexual no Brasil desvelando como a sexualidade foi influenciada e modificada ao longo do processo histórico.

No segundo capítulo, são expostos os conteúdos e as práticas pedagógicas presentes na escola, com vistas a estabelecer uma relação entre a proposta pedagógica e curricular, enfatizando o que é privilegiado nessas práticas. E, ao final, são apresentados alguns apontamentos para uma educação sexual emancipatória.

2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: HISTÓRIA, ABORDAGENS E OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Neste capítulo será abordado o histórico da educação sexual no Brasil, como surgiu, e de que maneira os interesses sociais, políticos e/ou religiosos influenciaram nas principais abordagens durante o processo de implantação da educação sexual nas escolas.

Posteriormente, será realizada uma discussão a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais a educação sexual, verificando como esses documentos propõe que a implantação da educação sexual nas escolas.

Por fim, através dos resultados obtidos durante a pesquisa averiguar se essa temática é discutida nos documentos da escola, e quais abordagens da educação sexual estão presentes, ou não, no projeto político-pedagógico e na proposta curricular da escola.

2.1 Principais abordagens da educação sexual no Brasil em uma perspectiva histórica

A educação sexual está presente nas escolas brasileiras desde os anos 20 do século XX como afirma Ribeiro (2004, p.15) “a educação sexual no Brasil, enquanto tema científico e pedagógico, é matéria de destaque no meio médico e educacional desde as primeiras décadas do século XX”. Anterior a esse período a educação sexual era responsabilidade da família. Mas, no decorrer dos anos a educação sexual perpassou por diversas fases até hoje tendo, em cada fase, objetivos e metodologias distintas.

Essas fases Figueiró (1996), denominou como abordagens e, por meio da análise de produções acadêmicas científicas sobre a educação sexual no Brasil do período de 1980 a 1993, a autora identificou cinco tipos diferentes de abordagens: a religiosa católica, religiosa protestante, pedagógica, médica e a política.

Ribeiro (2004) enfatiza os momentos históricos da educação sexual no Brasil, desde a Colônia, quando a educação sexual era transmitida de uma maneira informal, depois por meio de obras publicadas, até chegar na implantação de projetos de orientação sexual nas escolas.

O primeiro momento histórico apresenta como características: “sexo pluriétnico libidinoso para homens; submissão e repressão do comportamento sexual da mulher; e normas, regras e condenações por parte da Igreja” (RIBEIRO, 2004, p. 16). Ou seja, nesse período haviam “educações sexuais” um modelo de educação para as mulheres e outro para os homens,

essa educação ocorria de maneira informal, pois era responsabilidade da família educar sexualmente os indivíduos.

A abordagem religiosa é subdividida por Figueiró (1996) em abordagem religiosa tradicional/ conservadora e abordagem religiosa libertadora e/ou progressista. A respeito da abordagem religiosa tradicional:

O sentido fundamental das *abordagens religiosas tradicionais* é a formação do cristão, e o sexo é vinculado ao amor pelo parceiro, ao casamento e à procriação. A vivência da sexualidade está condicionada à submissão às normas religiosas oficiais, no caso da *abordagem católica* e às mensagens bíblicas, no caso da *protestante*. (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52, grifos do autor)

Portanto, a abordagem religiosa tradicional católica liga a vivência da sexualidade ao amor a Deus e as regras oficiais religiosas sobre como viver a sexualidade, já o sexo está relacionado ao matrimônio e, posteriormente a reprodução. Nessa abordagem há uma valorização da virgindade. A educação sexual deve ser tratada dentro da abordagem religiosa católica (igreja) ou da família (domiciliar), e não na escola.

Abordagem religiosa tradicional protestante só se difere por seguir a vivência da sexualidade por meio daquilo que está escrito na bíblia, sem uma contextualização. No entanto a autora destaca que dentro dessa abordagem tradicional há espaço para questionamentos desde que esteja dentro das características citadas acima.

Uma atitude questionadora implica seguir as normas religiosas oficiais (no catolicismo), ou guiar-se pela interpretação literal da Bíblia (no protestantismo), mas ao mesmo tempo esforçar-se por adaptar as normas oficiais, ou as mensagens bíblicas, à cultura, ao contexto social, histórico, político e econômico de cada época. Além disso, procura levar em consideração as contribuições das várias ciências, considerando as essenciais, ainda que, ao mesmo tempo, limitadas. (FIGUEIRÓ, 1996, p.52)

A abordagem religiosa libertadora católica também liga a vivência da sexualidade ao amor a Deus, ao amor ao próximo, mas o que a diferencia é a finalidade de desenvolver a vida espiritual dos jovens. Além de valorizar o espaço do diálogo e a formação da opinião própria sobre questões da sexualidade, dá mais liberdade para que cada um faça suas escolhas independentemente das normas religiosas oficiais.

A abordagem religiosa libertadora protestante segue as mesmas características da católica, o diferencial é que ela irá embasar-se nas mensagens contextualizadas da bíblia, o que não ocorre na abordagem religiosa tradicional protestante. Portanto:

A postura liberadora vai além da atitude tradicional questionadora, pois há reconhecimento (mais amplo e firme) de que a doutrina moral oficial é controladora, repressiva e incoerente com o atual momento histórico. Dá oportunidade à revisão crítica dos pressupostos religiosos que fundamentam as normas morais sexuais e dá

espaço para o indivíduo ser sujeito de sua própria sexualidade. (FIGUEIRÓ, 1996, p.52)

O segundo momento histórico refere-se ao “discurso médico, e a sexualidade vai ser tratada como caso de higiene e saúde” (RIBEIRO, 2004, p.17). Porém, não é somente a medicina que irá influenciar na sexualidade. Nesse período houve também a influência do Estado.

No século XIX, é a medicina que interage com o Estado: a primeira está interessada em propagar seus ideais higiênicos, o segundo necessita de um aliado que dê sustentação às mudanças políticas e sociais em um país recém-liberto. Os médicos falam ao país através da Academia Imperial de Medicina e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a defesa pública de teses, discursos acalorados, publicação de livros e artigos em jornais. A mortalidade infantil – que é elevada e preocupa o governo – torna-se bandeira de uma luta que visa ditar normas de saúde e higiene que beneficiassem a sociedade. (RIBEIRO, 2004, p. 17)

No primeiro momento temos uma educação sexual informal determinada pela igreja, que exercia grande influência na sociedade. Já no segundo momento a educação sexual passa determinada pelo princípio médico e documentada em teses, livros e manuais.

Ao adentrar no século XX, em decorrência da modernização da vida brasileira e, conseqüentemente, das mudanças que se processaram na Higiene e Medicina, deu-se a modernização da vida sexual, em que o sexo passou a ser debatido publicamente e a informação objetiva, pautada em estudos científicos, começou a ser valorizada, em contraposição às supestições e à ignorância. (FIGUEIRÓ, 1996, p.53)

O período de modernização em que houve um grande avanço no debate sobre educação sexual através de livros publicados por médicos, professores e sacerdotes, cientificamente fundamentados Ribeiro (2004) considera o terceiro momento da educação sexual. Partindo desses pressupostos, Figueiró (1996) destaca nesse período a abordagem médica.

A abordagem médica apresenta uma preocupação com a saúde do indivíduo, então, a sexualidade será trabalhada de forma informativa, com o objetivo de prevenir e tratar os desajustes sexuais.

O sentido fundamental da *abordagem médica* é a díade saúde-doença (com ênfase na ação terapêutica para tratamento de desajustes sexuais, ansiedade ou angustias relativas à sexualidade); valoriza o fornecimento de informações em contexto de relação terapêutica ou de programas preventivos de saúde pública, para assegurar a saúde sexual do indivíduo. (FIGUEIRÓ, 1996, p.52, grifos do autor)

No quarto momento temos a educação sexual nas escolas, e isso ocorre a partir da década de 1960 que foi marcada por avanços e retrocessos, pois foi o período em que projetos envolvendo a educação sexual foram implantados nas escolas e neste mesmo período tivemos o Golpe de Estado de 1964.

O Brasil vivia um clima de renovação pedagógica e foi justamente nesse período que o tema da educação sexual retornou para o discurso pedagógico. Nessa segunda onda da educação sexual brasileira, escolas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte organizaram programas para os seus alunos. Nas escolas paulistas destacaram-se as experiências desenvolvidas tanto na *Escola de Aplicação da Universidade de São Paulo* quanto no *Colégio Vocacional* e nos *Colégios Pluricurriculares*. Estas experiências específicas de educação sexual e todas as demais experiências pedagógicas originadas nessas instituições foram reprimidas e suprimidas pela ditadura militar (CÉSAR, 2009, p.50).

Nesta mesma década o interesse pela educação sexual no ambiente educacional crescia o que culminou no projeto de lei propondo a obrigatoriedade da educação sexual nas escolas, no entanto, o projeto foi rejeitado.

Em 1968, a deputada Júlia Steinbruck apresentou um projeto de lei propondo a introdução obrigatória da educação sexual nas escolas do país, que foi recusado e engavetado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo. O período não é propício, pois o regime militar imposto pelo golpe de Estado de 1964 reprime não só as manifestações políticas, reduzindo as liberdades individuais, mas também as manifestações de comportamento delas decorrentes. (RIBEIRO, 2004, p. 21)

Mesmo sendo um período obscuro para a educação sexual “as iniciativas que conseguiam resistir e burlar o controle tornaram-se experiências de resistência e, nas décadas seguintes, a educação sexual foi tomada como um dos marcos educacionais das lutas pela democratização do país.” (CÉSAR, 2009, p.52).

Somente em 1978, com a abertura política do presidente Ernesto Geisel, “oficialmente se retoma a implantação de projetos de orientação sexual nas escolas, assumidos pela prefeitura Municipal de São Paulo (de 1978 a 1982) e pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (de 1980 a 1986)”. (RIBEIRO, 2004, p. 21)

Portanto, é nesse período de avanços e retrocessos que surge a abordagem pedagógica onde “o processo ensino/aprendizagem é característica fundamental. É dada ênfase ao aspecto informativo, no qual pode-se incluir também o aspecto formativo (discussão de valores, atitudes e sentimentos)” (FIGUEIRÓ, 1996, p.52). Isso significa que, essa abordagem valoriza, em sua maioria, o repasse de informações de forma didática para que os discentes obtenham conhecimentos sobre questões relacionada a sexualidade, se preocupando com formação dos mesmos, com a finalidade de ajudá-los a obter conhecimentos que proporcione a viver a sexualidade de forma segura e saudável.

A respeito do surgimento da abordagem política da educação sexual “pode se dizer que foi aproximadamente no início da década de 1980 que começaram a surgir, no Brasil, as primeiras reflexões e publicações científicas que encararam a Educação Sexual como meio de transformações sociais” (FIGUEIRÓ, 1996, p.53).

O período de 1980 a 2000 pode ser considerado como o quinto momento da educação sexual no Brasil, foi o momento em que as secretarias municipais e estaduais de educação assumem projetos de orientação sexual nas escolas. (RIBEIRO, 2004)

Sobre a abordagem política da educação sexual Figueiró (1996, p.52) afirma que:

Embora a *abordagem política* também considere a relevância da vivência pessoal (saudável) da sexualidade, sua característica essencial consiste em perceber na Educação Sexual um compromisso com a transformação social, conduzindo as discussões para as questões que envolvem relações de poder, aceitação das diferenças e respeito pelas minorias. Há também uma preocupação em resgatar o erotismo (o prazer e a visão positiva da sexualidade) e as questões de gênero, em que os papéis sexuais são pensados à luz de um enfoque social, histórico e cultural.

Nessa abordagem podemos constatar a valorização do trabalho da informação e da formação individual do sujeito, pensando em formar cidadãos comprometidos socialmente que cooperem com as transformações sociais, de forma a aperfeiçoar as relações afetivas e sexuais entre as pessoas. A abordagem política tem a intenção de resgatar o erótico e a importância do prazer na vida de todas as pessoas, sem preconceitos. Essa abordagem também tem por objetivo o combate a qualquer forma de repressão sexual que o indivíduo possa sofrer, ou seja, seu intuito é transformar as pessoas em sujeitos de sua sexualidade.

O sexto, e último, momento da educação sexual foi considerado por Ribeiro (2004) o momento da aprovação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, com o estabelecimento dos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, tendo como meta o exercício da educação para a cidadania. Dessa forma, a Orientação Sexual alcançou reconhecimento oficial de sua necessidade e importância enquanto ação educativa escolar a ser incluída no currículo. No próximo tópico será discutido o que esses documentos propõem a respeito da implantação da educação sexual na escola.

2.2 A educação sexual na escola a partir dos documentos oficiais

Neste tópico foram analisados três documentos que conduzem a educação nacional, que são: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, com a finalidade de averiguar como esses documentos propõem a implantação da educação sexual nas escolas.

Após todo esse percurso histórico traçado no tópico anterior, ficou constatado que, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei 9.394/1996 e o

estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a educação sexual se consolidou como tema a ser discutido no espaço escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é a lei que rege o sistema educacional nacional, seja ele público ou privado, desde da educação básica ao ensino superior.

A respeito do currículo, o documento prevê no art. 9º inciso IV como uma das incumbências da União “estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996).

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996).

Ou seja, a LDB estabelece as disciplinas do núcleo comum que deverão estar presentes em todos os currículos das entidades de Ensino Público e Privado e do núcleo diversificado. Estabelece-se ainda, a quantidade de disciplina de cada nível escolar, a duração do ano letivo e de horas aulas semanais. Afim de que seja contemplada a base nacional comum.

No documento não são estabelecidas discussões sobre a educação sexual na escola, entretanto, pode ser incluída dentre os temas transversais, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Podemos observar no art.26, § 7º e § 9º da LDB:

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput.

[...]

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (BRASIL, 1996).

Com esses parágrafos da lei, percebemos que a educação sexual pode ser abordada como tema transversal vinculado à afirmação dos direitos humanos e na prevenção a todas as formas de violência.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para as turmas de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, foram publicados em 1997, e para 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, em 1998. Para as séries do Ensino Médio, foram publicados em 1999. Como a pesquisa considera apenas os anos iniciais, o que equivale da 1ª a 4ª série, tomaremos como enfoque principal as orientações para as séries iniciais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são compostos por 10 volumes, sendo o v. 10 específico para a Orientação Sexual, nomenclatura adotada pelo Ministério da Educação - MEC para designar a Educação Sexual nas escolas:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais vêm legitimar a temática da sexualidade na educação básica, em especial no ensino fundamental, considerando-a um direito do cidadão, com espaço garantido no currículo, a ser viabilizado de acordo com o planejamento pedagógico de cada escola (CORRÊA, 2003, p. 21).

O PCN de Orientação Sexual está dividido em duas partes, sendo que a primeira parte:

Justifica a importância de se incluir Orientação Sexual como tema transversal nos currículos, isto é, discorre sobre o papel e a postura do educador e da escola, descrevendo, para tanto, as referências necessárias a melhor atuação educacional ao se tratar do assunto, trabalho que se diferencia do tratamento da questão no ambiente familiar. Aborda ainda, por meio dos objetivos gerais, as capacidades a serem desenvolvidas pelos alunos no ensino fundamental (BRASIL, 1997, p.73).

Nessa primeira parte o PCN orienta os educadores a respeitar a diversidade que existe e, para isso, este deve ser bem informado para que seja capaz de responder aos questionamentos dos educandos de forma embasada e adequada para que se obtenha na escola um ambiente de reflexão para os educandos. “Ao que se percebe, portanto, é esperado que o professor seja um ‘superprofissional’ e que tenha tido uma formação de qualidade primorosa, o que na verdade não condiz com a realidade” (FIGUEIRÓ, 2000, p.3, grifo do autor).

Isto porque os educadores nem sempre tem uma formação que o qualifique para discutir o tema. Além disso:

Todos somos frutos de uma sociedade repressora em relação à sexualidade, na qual ainda perduram associações do sexo com ideias de pecado, de feio e de proibido, ou, por outro lado, com ideias de promiscuidade e de imoralidade. Neste contexto de formação cultural, acabamos carregando conosco uma gama de tabus, preconceitos e sentimentos, muitas vezes, negativos, em relação ao sexo, o que acentua nossa dificuldade em falar abertamente sobre ele (FIGUEIRÓ, 2009, p. 141-142).

Ou seja, somos incentivados por fatores culturais a não discutir esse tema. Então, o primeiro passo quando se pensa educar sexualmente os discentes, é desconstruir todos esses tabus e preconceitos presente nos docentes, proporcionando sua reeducação sexual, preparando-o para atuar como educador sexual (FIGUEIRÓ, 2009).

Ao se pensar em discutir conteúdos de orientação sexual na escola, o PCN orienta que os pais sejam informados das finalidades desses conteúdos, além de explicitar que a orientação que ocorre na escola é apenas um complemento a educação ofertada pela família. Isto significa que, o segundo passo para educar os discentes é a aceitação dos pais e da sociedade, para que os mesmos permitam seus filhos a serem educados sexualmente no ambiente escolar.

E para finalizar a primeira parte, destaco o objetivo geral que deve ser atendido até o final do ensino fundamental:

O objetivo do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que, de um lado, se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro, e, por outro lado, busca garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 1997, p. 91).

Considerando essa primeira parte do PCN e seu objetivo geral, é possível notar uma preocupação sobre a forma que o assunto será tratado dentro da escola e, conseqüentemente, põe a prática docente em foco, de certa forma, ao descrever a postura e o papel do educador e os objetivos que se pretende alcançar por meio do trabalho que este desenvolve na sala de aula.

Na segunda parte do PCN, são apresentados os blocos de conteúdo para o primeiro e segundo ciclos, critérios de avaliação e orientação didática geral.

Os conteúdos estão divididos em três grandes blocos: matriz da sexualidade; Relações de gênero; Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (BRASIL, 1997).

Os critérios de avaliação estão ligados aos aspectos formativos e informativos; formativos ao almejar que os educandos desenvolvam o respeito às diferenças, e informativos ao esperar que os alunos saibam o que são doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e suas formas de prevenção (BRASIL, 1997).

E por fim, as orientações didáticas que orienta os educadores a trabalharem a temática de acordo com a faixa etária e as curiosidades que os educandos apresentam, sempre os respeitando (BRASIL, 1997 p.103)

De acordo com a leitura do PCN de Orientação Sexual, é possível constatar uma aproximação com a abordagem pedagógica ao se preocupar em informar e, ao mesmo tempo, formar os educandos.

No entanto, é possível notar que há aproximações também com a abordagem médica, como nos trechos a seguir: “dentro da escola articula-se, portanto, com a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes [...] ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. [...] prevenção de problemas graves como abuso sexual e a gravidez indesejada.” (BRASIL, 1997, p. 78-79)

As bases legais e o PCN de Orientação Sexual oferecem amparo e orientações para a efetivação de discussões sobre sexualidade na escola. Entretanto, as condições do trabalho

realizado em sala de aula e a aceitação da sociedade são fatores determinantes para a concretização e qualidade dessas discussões.

Por fim, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos que apresentam um conjunto de regulamentos que orientam o planejamento curricular das escolas. A respeito dos componentes curriculares, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem que:

Art. 16 Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo. (BRASIL, 2010)

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, ao buscar pelos índices sexualidade e educação/orientação sexual, somente no art. 16 que a temática sexualidade foi encontrada. Com efeito, as diretrizes garantem que conteúdos básicos sejam ensinados para todos os alunos. Dentre esses conteúdos, a sexualidade e gênero obtiveram o registro e destaque necessários, o que evidencia sua magnitude como temática “abrangente e contemporânea”.

Com a averiguação destes documentos apresentados é possível observar que os assuntos relacionados à sexualidade não estão visivelmente explícitos. Especificamente na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos foi necessária uma averiguação mais cautelosa, pois, esses assuntos relacionados a sexualidade estão dissimulados entre outros assuntos como saúde, o respeito as diferenças e os direitos.

2.3 Abordagens presentes no currículo de uma escola no Município de Breves-PA

Para refletirmos acerca do tema deste tópico, será feita uma análise dos documentos: Projeto Político Pedagógico e a Proposta Curricular de uma escola de ensino fundamental, anos iniciais, com a finalidade de averiguar o que e de que maneira a educação sexual é abordada nesses documentos. Os documentos foram fornecidos pelo coordenador pedagógico da instituição.

Primeiramente, tomemos como ponto de partida o Projeto Político Pedagógico da Escola, que segundo Veiga (1998, p. 13) “tem a ver com a organização do trabalho pedagógico

em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade”.

O PPP da Escola foi elaborado como sistematização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas na instituição para o triênio 2019/2021 e tem por objetivo:

Propor um encaminhamento para as ações pedagógicas apresentando a organização e execução do trabalho pedagógico da Escola! [...] referentes aos seus princípios e metas para o desenvolvimento da aprendizagem, da melhoria da qualidade de ensino, da pesquisa como processo de construção do conhecimento, do respeito às diferenças e à diversidade, da formação continuada do professor, da contextualização dos procedimentos avaliativos e da valorização do aluno como sujeito do processo ensino aprendizagem. (BREVES, 2019, p.10)

Dentre esses objetivos, é importante ressaltar que a escola destaca por diversas vezes no decorrer do documento o respeito às diferenças e à diversidade; e isso também é colocado nas competências que se espera desenvolver nos educandos, como podemos notar nesse trecho: “Respeitar e ser respeitado em sua condição de ser humano e não discriminar ou sofrer qualquer forma de discriminação em decorrência de diferenças étnicas, de credo, de sexo, de ideologia, de preferências político-partidárias ou quaisquer outras” (BREVES, 2019, p.26).

A estrutura curricular presente na proposta pedagógica da Escola para o Ensino Fundamental dos anos iniciais, privilegia o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social utilizando, considerando os conteúdos curriculares da base nacional comum e os temas transversais, trabalhados em sua contextualização, comprometidos com a democracia e a cidadania (BREVES, 2019).

A estrutura curricular presente no PPP da Escola está organizada conforme orienta a Constituição Federal de 1988 e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. A escola se utiliza dos temas transversais dos PCNs, dentre os quais está inserido o tema orientação sexual. Segundo o PPP da Escola, esses temas podem ser inseridos em debates na sala de aula “sempre que possível”.

No PPP da Escola não é dada muita ênfase a temas relacionados a educação sexual, mas está presente quando se fala de respeito à diversidade, quando se pretende abordar orientação sexual como tema transversal e nas ações planejadas pela escola na qual está inserida ações pedagógicas intra e extraescolares, que ressaltem assuntos importantes como a sexualidade (BREVES, 2019, p. 95).

No entanto, durante as entrevistas realizadas com os professores, quando questionados se havia algum projeto no currículo da escola relacionado à Educação Sexual voltada para os

alunos, os professores responderam que não há nenhum projeto a respeito da Educação Sexual. Essa discordância entre o PPP e a resposta dada pelos professores foi justificada pelo coordenador pedagógico que afirmou que “essas ações serão planejadas somente no segundo semestre”.

Isso é, de certa forma, inquietante, pois, segundo Maia (2004, p.169) “sem um trabalho anterior de reflexão a prática da orientação sexual pode tornar-se inoperante – no melhor dos casos – e, muito provavelmente desastrosa”. Ou seja, apesar de haver uma intenção de se trabalhar com a temática, há a necessidade de um planejamento anterior do qual os professores já deveriam estar cientes da intenção de trabalhar com a temática por meio de ações pedagógicas.

A Proposta Curricular da Escola foi planejada pela coordenação pedagógica juntamente com os professores da instituição no ano de 2015. No entanto, segundo o coordenador pedagógico, todos os anos essa proposta é revisada e, quando necessário, são realizadas alterações.

Na proposta curricular do 1° ao 4° ano não há indícios sobre em que período do ano letivo ou disciplinas inserir a orientação sexual. No entanto, o PPP estabelece que a temática pode ser inserida em qualquer disciplina, quando o professor achar necessário. No documento da proposta há o Planejamento dos Temas Transversais, onde estão inseridos diversos assuntos a serem abordados dentro do tema “Orientação Sexual”:

- Prevenção as diversas formas de abuso sexual;
- Combate as diversas formas de violência sexual;
- Sexualidade: Semelhanças e Diferenças de Gêneros;
- Aprendendo a se proteger dentro da família, na escola e na rua;
- Gênero: igualdade e desigualdade entre meninos e meninas;
- Sexualidade: Respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro;
- Noções de como lidar com as mudanças do corpo;
- Sexualidade: Respeito às muitas e variadas expressões do feminino e do masculino (BREVES, 2015, p. 2).

Esses assuntos escolhidos demonstram uma preocupação em discutir a educação sexual para além da abordagem biológico-higienista que “costuma conferir ênfase na biologia essencialista (baseada no determinismo biológico) e é marcada pela centralidade do ensino como promoção da saúde, da reprodução humana, das DSTs, da gravidez indesejada, do planejamento familiar, etc.” (FURLANI, 2011, p.16). São temas que podem ser classificados dentro da Abordagem Pedagógica e até mesmo Política definidas por Figueiró (1996) no primeiro tópico deste capítulo.

Apesar de ser tratado como transversal, na proposta curricular para o 5º ano, alguns conteúdos direcionados diretamente à educação sexual foram verificados nas disciplinas de Ciências e Ensino Religioso: o conteúdo na disciplina de Ciências é denominado “Orientação sexual: prevenção do assédio sexual, DST’s e aborto” e está programado para o segundo semestre; e na disciplina Ensino Religioso os conteúdos são Puberdade; Abuso e exploração sexual; Gravidez na adolescência; esses conteúdos estão programados para o final do ano letivo.

A partir desta verificação, podemos notar que apesar de diversos assuntos relacionados a educação sexual estarem presentes no tema transversal Orientação Sexual, somente no 5º ano é que estes assuntos aparecem explicitamente programados para serem desenvolvidos em sala de aula, enquanto os demais temas podem ser desenvolvidos, ou não, no 1º, 2º, 3º e 4º ano como tema transversal. Com efeito, não estar explicitamente no rol de conteúdos pode ser um indicativo de falta de compromisso em se desenvolver em sala de aula com as turmas de 1º ao 4º ano.

Isso demonstra que, apesar de ser um avanço ter temas que podem e devem ser trabalhados de acordo com a abordagem pedagógica e emancipatória dentro da Proposta Curricular, o fato de explicitá-los e direcioná-los somente no 5º ano demonstra uma maior preocupação com os temas relacionados aos aspectos biológicos do conhecimento:

Essa abordagem, restrita ao biológico, sempre esteve presente no trabalho da educação sexual na escola, através das aulas de Ciências e de Biologia. Sua crítica maior reside não na sua presença (que sob o ponto de vista da saúde sexual é necessária), mas no fato de ser exclusiva – implicando um currículo limitado e reducionista. (FURLANI, 2011, p.16)

Ou seja, não ter encaminhamentos e nem orientações sobre em que período, disciplinas e de que forma trabalhar o tema transversal Orientação Sexual, pode fazer com que esse tema seja abordado somente no 5º ano, limitando e reduzindo o currículo executado, diferentemente do currículo emancipatório apresentado no documento orientador.

Com isso, podemos observar que no 1º, 2º, 3º e 4º ano ficará a critério do educador discutir ou não o tema transversal Orientação Sexual. Se estes optarem por discutir o tema “cada educador encontrará formas próprias e criativas de expressão, desde que se mantenha suficientemente aberto em relação às questões da vida e da sexualidade” (MAIA, 2004, p. 170).

A partir da análise desses documentos, podemos concluir que implantar essas temáticas no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Curricular (ainda que no PPP não se tenha dado muita ênfase e na Proposta Curricular tenha sido encontrados alguns pontos para reflexão) é uma maneira de ir além das discussões meramente teóricas sobre educação sexual no ambiente escolar, promovendo desta maneira a inserção da educação sexual no contexto escolar.

3 EDUCAÇÃO SEXUAL EM PRÁTICAS CURRICULARES

Neste capítulo será analisada as práticas pedagógicas presentes na escola, com vistas a estabelecer uma relação entre a proposta curricular da escola e o que é desenvolvido na sala de aula.

Para referenciar a análise dos dados desta pesquisa, trabalhamos com Benites (2006), Figueiró (2009), Frison (2008), Furlani (2011), Louro (1997) e Maistro (2009). Dialogamos também com documentos fornecidos pela Escola, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Proposta Curricular.

Fizeram parte da pesquisa cinco professores, sendo quatro do sexo feminino e um do sexo masculino, do Ensino Fundamental anos iniciais, que exercem a docência há pelo menos nove anos. O perfil dos informantes é bem variado. Em relação à idade, há uma variação de trinta e seis anos (limite inferior) a quarenta e cinco anos (limite superior).

Em relação ao tempo de experiência na função, a interlocutora P5 tem nove anos de experiência; P1 e P2 tem doze anos; P4 tem quatorze anos; e P3 tem vinte anos.

Todos os professores são do quadro efetivo da escola e possuem formação no ensino superior. P1 possui Licenciatura em Computação; P2 é formada em Pedagogia; P5 tem formação em pedagogia e especialização em educação especial; P4, Pedagogia e Geografia, com especialização em educação especial; P3 Letras e especialização em Língua Portuguesa.

Para a coleta de dados os participantes foram escolhidos, levando em consideração a disponibilidade para a entrevista, o tempo de experiência na função e o fato de trabalharem com turmas entre o primeiro e quinto ano do ensino fundamental, visto que o tema da pesquisa versa sobre educação sexual nos anos iniciais.

O local e o horário das entrevistas foram definidos de acordo com a disponibilidade dos professores, bem como em função de suas aulas vagas, já que a escola estava passando pela semana avaliativa e as turmas eram liberadas mais cedo, permitindo que as entrevistas fossem realizadas após a aplicação da avaliação na sala de aula.

As entrevistas foram gravadas, com a permissão dos entrevistados, para facilitar o registro fiel das falas dos participantes, e posteriormente transcritas. Utilizamos como material o termo de consentimento, o roteiro de entrevista e gravador.

Em primeiro lugar, foram entregues termos de consentimento aos participantes. No entanto, neste trabalho os nomes dos professores entrevistados foram mantidos em sigilo. Em seguida, foram realizadas entrevistas individuais norteadas por um roteiro previamente formulado com base na literatura consultada e nos objetivos da pesquisa. As entrevistas

realizadas não tiveram tempo determinado. As salas de aula onde as entrevistas foram realizadas garantiu a não interrupção do trabalho.

Por fim, foram realizadas as análises dos dados coletados, que consistiu em estabelecer inferências sobre a síntese das entrevistas, articulando com os autores abordados no decorrer deste trabalho.

3.1 A relação entre a proposta curricular da escola e seu desenvolvimento na prática educativa

Como vimos anteriormente, no último tópico, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), a educação sexual deve ser abordada de forma transversal de maneira que contemple as necessidades dos educandos.

Quando questionado sobre quais os conteúdos relacionados à sexualidade humana são desenvolvidos na sala de aula e em quais disciplinas aparecem esses conteúdos, as respostas dos professores foram praticamente unânimes em relação à disciplina Ciências. No entanto, alguns professores alegaram trabalhar esse assunto em outras disciplinas.

No que diz respeito aos conteúdos abordados em sala de aula na disciplina de Ciências relacionados a sexualidade, P1, P2 e P3 afirmaram que trabalham nas aulas sobre “as partes do corpo” e “as diferenças do menino para menina”. Já P4 e P5 também trabalharam esses conteúdos, mas, para além desses, abordam as mudanças do corpo, a higiene corporal e a gravidez na adolescência. Dentre os entrevistados, P1 afirmou trabalhar a educação sexual somente na disciplina de Ciências, os demais trabalham em Ciências e em alguma outra disciplina, a qual será explicitada adiante.

Isso significa que na disciplina de Ciências a educação sexual é abordada somente sob o aspecto biológico higienista. De acordo com a resposta P1, em sua turma do 1º ano, a educação sexual se resume apenas nos conteúdos “partes do corpo e as diferenças do menino para menina”.

Figueiró (2009) estabelece alguns princípios para a realização da Educação Sexual formal, em que o primeiro expõe “educar sexualmente é muito mais que ensinar os conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade” (p. 150). Em consonância a esse aspecto, Frison (2008) aponta que “nos PCNs está muito bem explicitado que trabalhar com sexualidade não se restringe a questões biológicas, mas envolve também as áreas psicológica, social e cultural” (p. 89).

Ou seja, a situação que ocorre na turma do 1° ano está violando esse princípio, reduzindo a Educação Sexual aos conteúdos de biologia, excluindo as áreas psicológica, social e cultural que a temática envolve.

A professora do 2° ano aborda a Educação Sexual em Artes, História e Geografia, a questão dos direitos da criança, e em Ensino Religioso a questão do respeito “o que pode e o que não pode fazer, em que partes do corpo pode ser tocado em quais não pode, o que é carinho, e o que pode ser feito no corpo deles que não é carinho”.

Na fala da professora sobre as partes do corpo que podem ser tocadas, e quais não podem, ela não está se referindo a masturbação, e sim a questão do abuso sexual infantil, alertando seus alunos sobre formas de se precaver.

O professor do 3° ano afirma que a educação sexual é interdisciplinar, e que pode ser trabalhada em outras disciplinas quando este definir que o assunto pode ser encaixado.

Como a turma ainda é terceiro ano, a gente procura trabalhar com a questão das partes do corpo, e colocar questões de diferença de meninos e meninas, mas em cima disso, através do diálogo, a gente procura mostrar para eles o que de certa forma pode e o que de certa forma é irregular [...] Estes como são alunos de 7 e 8 anos (de idade), eu procuro sempre falar de uma forma um pouco mais simples, para que não seja invasivo com a criança também. Eles são um conteúdo interdisciplinar, pode se dizer assim, porque apesar de trabalhar isso em Ciências, mas quando a gente trabalha também Língua Portuguesa que a gente percebe que tem um tema que a gente pode utilizar, a gente faz isso com criança. O que a gente mais aprofunda em Ciências é quando a gente trabalha a questão de ensino religioso, porque é também uma forma de a gente trabalhar com a criança aquilo que pode e o que não pode. Porque a gente, como eu falei para você, como agora já tem um pouco de conhecimento, a gente sabe que, às vezes, as pessoas que causam esse mal para criança, eles utilizam como, é uma forma assim, de dizer que é de religião, e acabam induzindo a criança a cometer esse erro, que para elas acaba se tornando norma. Então, quando a gente trabalha o ensino religioso, também a gente procura falar sobre isso com eles. (P3)

Na fala do professor nos deparamos novamente com uma preocupação em relação ao abuso sexual. Nesse caso, o professor faz o alerta para os alunos sobre os comportamentos que podem ser invasivos para a criança, e que esses comportamentos não podem ser tolerados pelas crianças. Contudo, é interessante notar que esse tema é abordado na disciplina Ensino Religioso. Inferimos que essa disciplina, ao invés de trabalhar “religião”, tem trabalhado temas voltados à proteção e ao cuidado com os alunos. Outro ponto relevante é o cuidado do educador em trazer esses assuntos para dentro da sala de aula considerando a idade de seus alunos.

A professora do 4° ano trabalha com a temática nas disciplinas Ciências, Língua Portuguesa e em Ensino Religioso. Nessas duas últimas são abordadas questões sobre o respeito, direitos e deveres:

Além da disciplina de Ciência, a gente aborda em textos na disciplina de Língua Portuguesa sobre direitos e deveres, os direitos da criança, a prevenção do abuso[...]

E a gente trabalha também em ensino religioso o respeito, os direitos da criança, o bullying, através de orientação mesmo e formação; trabalhamos também a discriminação social. (P4)

A disciplina Ensino Religioso foi bastante apontada pelos entrevistados como uma das disciplinas onde a educação sexual é abordada, tive a curiosidade de questioná-los se a disciplina é trabalhada conforme alguma religião, e a resposta foi que a disciplina não se aprofunda em nenhuma religião, a aula é mais voltada para os valores morais, o respeito, o amor, a paz, a união e a amizade. Com efeito, os docentes trabalham de maneira articulada acerca da valorização da individualidade, diferenças e da reciprocidade nos relacionamentos interpessoais baseados no respeito.

É interessante destacar que, apesar de os professores trabalharem com a temática educação sexual em ensino religioso, esta não está inserida na abordagem religiosa, pois não segue nenhuma norma religiosa ou mensagens da bíblia, e se aproxima da abordagem dos direitos humanos:

A educação sexual baseada na abordagem dos direitos humanos é aquela que fala, explicita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades "excluídas". Trata-se de um processo educacional que é assumidamente político e comprometido com a construção de uma sociedade melhor, menos desigual, mais humana – na totalidade semântica desses termos. (FURLANI,2011, p.24)

Na fala da professora do 5° ano é possível notar que condiz com a proposta curricular para o 5° ano ao afirmar que “na sala de aula a gente trabalha com vários conteúdos e dentro deles tem a orientação sexual”. Ao mesmo tempo, ela faz uma afirmação muito intrigante ao denunciar que “não são todos os professores que trabalham”. Infelizmente não foi possível entrevistar todos os professores da Escola para verificar quais abordam e quais não abordam o tema.

A professora P5 descreve que esses conteúdos são trabalhados, porém, somente no segundo semestre quando “os alunos já estarão mais entrosados na sala de aula”. No entanto, a mesma completa: “mas se acontecer alguma situação antes, a gente toca no assunto” (P5).

Sobre projetos desenvolvidos na Escola que envolvem a temática educação sexual, vimos no capítulo anterior que a Escola ainda não desenvolveu nenhum projeto sobre o tema, mesmo este sendo uma das ações pedagógicas previstas no PPP da Escola.

Não havendo nas escolas projetos de educação sexual, conseqüentemente não há espaço para formação de grupo de estudo e reflexão, mantendo os docentes sem condições de socializar suas experiências, esclarecer dúvidas, rever seus conceitos e valores. (BENITES, 2006, p. 77)

Quando questionados sobre a forma que o currículo da Escola contempla, ou não, as curiosidades dos discentes sobre educação sexual, os entrevistados P1, P2, P3 e P4 afirmaram que o currículo contempla essas curiosidades de acordo com a o ano que estão cursando e idade dos alunos e que, no currículo, esses conteúdos estão nos temas transversais:

P1- Eu acho que no planejamento contempla de acordo com o nível da idade deles; não chega a ser tão avançado; é uma coisa bem simples para eles (os alunos).

P2 - Sim, porque no início do ano a gente já se organiza para pensar maneiras de desenvolver esses temas [...] Então, a gente sempre tem aquele cuidado de estar se atualizando e estudando.

P3 – Com certeza, por exemplo, aqui tivemos uma atividade das fases da vida e dentro deste assunto a educação sexual foi inserida ao perguntar quais coisas na idade deles eles já podem fazer sozinhos, por exemplo, ir ao banheiro, tomar banho.

P4 - No currículo a gente trabalha com os temas transversais, de acordo com a situação do aluno; a gente também conta com o apoio da coordenação. No caso da minha turma, o currículo contempla os temas transversais; ele vem colocando o que dá para a gente trabalhar tanto na parte de religião, como também, esses temas polêmicos como o bullying, a sexualidade.

De acordo com as respostas dadas pelos educadores, é possível observar que eles conseguem desenvolver a temática com seus alunos de acordo com o currículo da escola. Eles não apresentaram nenhuma insatisfação ou dificuldades em realiza-lo. Entretanto, P5 discorda ao afirmar que o currículo da Escola não contempla inteiramente, mas isso ela atribui à prática de cada professor:

Não contempla tanto, mas depende de cada professor, pois o professor não precisa esperar chegar aquele conteúdo para ele abordar na sala de aula. Se ele conhecer a turma, aí ele já começa a abordar desde o início do ano até o final do ano. No meu pensamento, a gente não tem que esperar. (P5)

O que se entende nessa fala é que alguns professores deixam para abordar esses conteúdos somente quando aparece no planejamento das disciplinas e não de forma transversal, durante todo o ano letivo. No entanto:

Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir". (LOURO, 1997, p.81)

Com a realização das entrevistas foi possível notar que dentre os temas previstos na Proposta Curricular da Escolas e os desenvolvidos na sala de aula pelos educadores, há uma aproximação satisfatória, pois, os temas transversais propostos apareceram nos discursos dos educadores e, tais temas contemplam as curiosidades dos educandos.

Em sua maioria, os professores afirmaram não estar trabalhando essa temática somente da disciplina de Ciências sob o aspecto biológico higienista, contribuindo para que a educação

sexual seja efetivada de maneira que atenda os aspectos informativos e formativos do educando. Segundo Maistro (2009):

A educação sexual não tem como finalidade só informar, mas, também, desenvolver as habilidades necessárias à utilização dessas informações para o exercício saudável de tudo que se relaciona ao corpo. Procura preencher, cientificamente, lacunas nas informações que as crianças e jovens apresentam, permitindo-lhes a oportunidade de formar opiniões sobre o que lhes é apresentado, desenvolvendo atitudes coerentes com os seus valores, ampliando os conhecimentos, derrubando tabus, preconceitos e, sobretudo, possibilitando a ocorrência de interações, discussões e exposições de ideias, a fim de, realmente, formarem-se como indivíduos responsáveis e conscientes de suas capacidades. (p.44)

No entanto, é notório a carência de projetos, até mesmo uma inserção dos temas transversais na proposta de cada ano escolar, pois, como vimos no capítulo anterior, assuntos relacionados à educação sexual estão inseridos somente na Proposta Curricular do 5º ano, fazendo com que no 1º, 2º, 3º e 4º anos esses temas sejam abordados esporadicamente quando o professor considerar conveniente:

O trabalho de educação sexual na escola implica em planejamento e ações pedagógicas sistemáticas. Não se trata de palestras, semanas especiais, de cartazes pregados nos murais, mas sim de um canal permanentemente aberto para que as questões sobre a sexualidade possam ser discutidas com as crianças e adolescentes, de maneira séria, clara e ampla. (MAISTRO, 2009, p.58)

Para tanto, reconheço o avanço de ter a educação sexual presente na Proposta Curricular e nos discursos e práticas dos educadores da escola pesquisada. Contudo, ainda se faz necessário a inserção desse tema como uma ação planejada e contínua, e não como um tema a ser discutido esporadicamente.

3.2 As metodologias presentes no currículo escolar

A respeito da prática docente em sala de aula averiguamos três situações, a primeira diz respeito a metodologia utilizada quando o entrevistado se deparar com alguma manifestação da sexualidade de seu aluno e quais são as principais curiosidades apresentadas por eles.

A segunda é sobre quais metodologias são utilizadas para abordar temas relacionados a educação sexual e se a escola fornece algum material didático-pedagógico para se trabalhar a temática sexualidade.

Por fim, verificaremos por meio das respostas dos educadores se as famílias ainda possuem tabu com relação ao tema educação sexual na sala de aula e qual o envolvimento dos pais com relação à educação sexual desenvolvida na escola.

Sobre a metodologia utilizada, quando o professor (a) se depara com alguma manifestação da sexualidade de seus alunos, ou curiosidades relacionadas a temática, os professores, em sua maioria, procuram conversar com seus alunos. Somente P1, relatou que “não sei de que forma agiria, pois, eles (os alunos) nunca manifestaram e nem perguntaram nada sobre o assunto, eles nunca tiveram nenhuma curiosidade, e nem perguntaram nada para mim”.

Apesar de ser uma turma do primeiro ano, e as crianças terem aproximadamente 6 anos, Egypto (2012) aponta que “as crianças manifestam questões sexuais o tempo inteiro. É preciso perceber e aprender a lidar com elas. A orientação sexual supõe uma sistematização do trabalho com os educadores, caso contrário eles não vão dar conta”. (p.24).

Por esse motivo, é intrigante ouvir essa resposta, pois essas manifestações são apresentadas pelas crianças frequentemente, e o fato da professora afirmar que nunca houve manifestação ou curiosidade por parte dos alunos foi surpreendente.

No entanto, talvez a criança não tenha nenhuma abertura para se aproximar da professora, confiar nela, a fim de falar sobre dúvidas acerca da sexualidade, por outro lado, a criança pode vim de um âmbito familiar que não permite que ela manifeste sua sexualidade. Ainda assim, “o educador/professor necessita acolher seus estudantes, motivá-los a perguntar, tirar dúvidas, anseios” (OLIVEIRA, 2009. p.181).

Já a segunda professora demonstrou uma maior habilidade em lidar com as curiosidades e manifestações que seus alunos apresentam em sala de aula, já que, a professora busca questionar seus alunos sobre como ele chegou aquela pergunta.

Primeiro a gente procura saber com a criança, onde ela ouviu, o que ela viu em casa, e se foi em casa. A gente procura saber com quem essa criança tá ficando, porque, na maioria das vezes, os pais trabalham o dia todo. Ai já viu como é criança né?
A primeira iniciativa da gente é chamar a criança e perguntar: onde que você viu isso? Onde ouviu essa palavra? Você tá vendo algo? Com quem? Com quem você tá ficando na sua casa? Esse é o primeiro passo, procurar com a criança, saber o que está acontecendo. Nenhuma criança vai manifestar um comportamento que ele não tenha visto ou ouvido falar. E depois eu respondo de acordo com o nível daquela criança.
(P2)

Figueiró (2009) afirma e recomenda que o educador pode ir além quando essas situações surgirem.

Diante da instrução de alguns estudiosos da Educação Sexual de que só se deve responder ao que a criança pergunta, satisfazendo a curiosidade do momento, eu refuto, afirmando que, não basta responder, é preciso conversar. Portanto, uma pergunta feita por uma criança pode uma “porta” para um bom e proveitoso bate-papo sobre sexualidade. (p.148).

O professor do 3º ano descreve que “A gente sempre procura, na medida do possível, colocar para eles a importância desse diálogo [...] hoje eu procuro falar com eles de uma forma um pouco mais aberta para que eu possa, de certa, forma colher essa informação que é muito importante para nós” isto significa que, as curiosidades que os alunos apresentam em sala de aula são esclarecidas por meio do diálogo.

O diálogo aqui citado tem aproximações com aquele definido em *Educação como prática da liberdade*, na qual Freire (1967) faz a seguinte pergunta e, sequencialmente, oferece a resposta:

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação (p. 114).

Essa relação horizontal que o professor cultiva com seus alunos é fator fundamental para garantir a participação coletiva de todos que se sentem motivados a discutir, tirar dúvidas, se expressar e, principalmente, ajuda a estabelecer uma relação de respeito e confiança entre aluno e professor.

A professora do 4º ano, trabalhou de acordo com as recomendações de Figueiró (2009), citada anteriormente, ao detectar que em sua turma havia muitos casos de alunos perguntando sobre namoro e querendo até mesmo namorar, a professora decidiu conversar com a turma toda sobre este assunto.

Na verdade, inclusive este ano, o que eu observei foram os alunos muito com essa coisa de namorar, mas aí eles só ficavam falando – eu vou namorar com ela. Eu tentei conversar com eles, na verdade, eu converso muito e vou explicando que é uma fase, como são alunos de quarto ano tem alunos que tem 8/9anos, que ainda não é o momento, tento explicar para eles que nessa idade ainda não se pensa em namorar, que tem primeiro que focar nos estudos. Como ainda são crianças bem pequenas, ainda não tive esse tipo de problema, de alguma situação mais complicada na sala de aula em relação a sexualidade. Só em relação a namoro, porque criança nessa idade já quer namorar, qualquer coisa já é namoro. Inclusive, teve até uma mãe que veio me procurar, porque a filha chegou dizendo que o menino disse que queria namorar com ela, aí eu conversei tanto com a mãe e a filha, e a gente conversou com o menino, aí pelo menos, a gente não percebeu mais nenhuma situação que pudesse chamar a atenção. (P4)

Como podemos observar a professora ainda que tenha conversado com a turma, teve que lidar com a apreensão da mãe de uma aluna, mas a professora conseguiu contornar por meio do diálogo com todos envolvidos na situação.

Sobre a questão do “namoro infantil”, Sayão (2008, n.p.) denomina como: “adolescência antecipada” e que isso ocorre devido a pressa (dos adultos) para inserir a criança no mundo adulto:

A vontade de "namorar" foi plantada de inúmeras formas e elas nem sabem se querem mesmo. É bem provável que não, já que ainda têm outros interesses muito mais pertinentes ao mundo infantil. Mas, do mesmo modo que não têm discernimento para perceber isso, não têm condições de fazer frente à pressão social para que assim se comportem.

Como a criança, segundo Sayão (2008), não têm discernimento para saber se realmente quer namorar, há diversas metodologias que podem auxiliar a criança a ter esse discernimento, uma vez que, “apenas falar e falar não contempla a dimensão de aprender pela interação. Entre os recursos possíveis há filmes, em que aparecem personagens cujos papéis podem depois ser discutidos; há livros de história infantis. Outra possibilidade é a realização de dinâmicas de grupo” (FRISON, 2008, p.06).

A professora do 5º ano coloca questões importantes a serem consideradas quando a criança manifesta sua sexualidade ou apresenta curiosidades relacionadas ao tema:

A gente procura falar na linguagem do aluno de acordo com nível deles, então a gente tem toda uma cautela no momento que a gente vai explicar para eles algumas situações. E existem situações que acontecem dentro da sala de aula e fora da sala, até porque situações podem acontecer dentro da família deles, situações de desestrutura familiar, já que a maioria deles são crianças carentes, algumas crianças da escola moram em bairros bem periféricos e moram em casas que possuem somente um cômodo onde eles presenciam muitas coisas que quando chegam na escola eles comentam com os coleguinhas. Ai a gente toma alguma providência, a gente chama a criança em particular e procura saber o que foi que aconteceu, para depois a gente fazer uma reunião com a família, porque precisa disso, os pais precisam saber para tomar as providencias para saber o que estava acontecendo naquele âmbito familiar. (P5)

A pesquisa realizada com 100 alunos do 5º ano, apresentada no Projeto Político Pedagógico da Escola (BREVES, 2019, p. 52), indica que 84% dos alunos do 5º ano habitam em bairros periféricos da cidade e, em relação ao número de pessoas morando na mesma casa, foi registrado que até cinco habitantes por unidade doméstica: 51%; de seis a dez habitantes por unidade doméstica: 47%; e mais de dez habitantes por unidade doméstica: 2%. Por algumas casas terem um número expressivo de pessoas e possuírem poucos cômodos, a criança fica muito exposta às manifestações da sexualidade entre adultos:

Muitas vezes, os adultos são inapropriados em relação à sexualidade infantil, são descuidados em relação a seus comportamentos sexuais. Tornam acessível à criança um ambiente erotizado. Desse modo, impõem um padrão de comportamento na ótica da sexualidade adulta. Ambientes muito erotizados podem gerar incômodos à criança e, num dado contexto, podem configurar uma forma de violência contra ela. Essa imposição dificulta a manifestação da sexualidade infantil e ainda leva a criança a

reproduzir o comportamento sexual adulto em suas próprias brincadeiras. (YANO; RIBEIRO, 2011, p.1316).

“Não se pode negar, no entanto, que as crianças, embora recebam enorme quantidade de informações sobre o sexo, ainda apresentam uma compreensão equivocada sobre o assunto, porque muito pouco é explicado, discutido.” (FRISON, 2008, p.03) por isso, é necessário conversar com a criança afim de averiguar onde a criança obteve essa informação e esclarecer possíveis compreensões equivocadas.

Discutiremos a seguir, como ocorre a participação dos alunos e as curiosidades que eles mais apresentam durante as aulas sobre sexualidade pois, “as crianças querem saber, discutir, trocar ideias e compreender o que viram nos filmes”. (FRISON, 2008, p.03)

A professora do 1º ano afirma que “os alunos participam bastante, se for atividades diferenciada eles gostam muito de participar, é uma turma muito participativa. ” Em relação a curiosidade dos alunos P1 reafirma que eles não apresentam dúvidas sobre sexualidade.

Diferentemente dos alunos do 2º ano que perguntam bastante, segundo a professora do 2º ano, por seus alunos assistem muito noticiário a curiosidade que eles mais expressam é sobre pedofilia, abuso e exploração sexual.

Eles perguntam muito, inclusive teve um aluno que me surpreendeu, ele disse assim - professora lá em casa a gente assiste muito jornal, e lá em casa eu perguntei o que o estupro.ai a mamãe falou que é matar a criança. Ai eu disse que não é matar a criança, e expliquei que o menino tem esse órgão e a menina tem esse, então abusar é maltratar a criança, usar o corpo da criança e, as vezes, acontece que na criança tudo é pequeno, os órgãos são pequenos, pode acontecer da criança não resistir e acabar morrendo. Eu falo para eles que eles precisam tomar mais cuidado, por exemplo as meninas, tocou no seio ou nas genitais, tem que contar pro papai ou para a mamãe, ou para alguém de confiança. Porque quando acontece a criança sempre demonstra que algo está errado, mas eles perguntam, eles querem saber. Até teve uma reunião com os pais aqui na sala que eu disse para eles, muitas coisas a gente já tem que conversar com eles, por exemplo, a criança pergunta o que é estupro, e a mãe responde que é matar a criança e ainda disse que é a mesma coisa que estrangular a criança, e a gente sabe que não é isso, por isso a gente tem que trabalhar para deixá-los atentos para isso não acontecer, porque sempre começa não com o ato o estupro, aquele abuso começa de leve em uma conversa até que chega o momento em que eles finalizam o crime. Então são mais dúvidas nesse sentido que eles expressam. (P2)

As mídias estão aguçando as curiosidades desses alunos e os pais, como no caso relatado, acabam respondendo de modo equivocado ou nem respondem. A respeito do que, quando e quanto falar ao ser questionado pelas crianças sobre o assunto, Nunes e Silva (2000, p. 51-52) informam que:

Não é necessário despejar um caminhão de informações à criança. Porém, o que não pode ser justo é não satisfazer suas curiosidades com franqueza à medida que elas forem surgindo. É importante conversar com as crianças numa linguagem que elas dominem e que possam entender.

Conseqüentemente, é pertinente a ação da professora que buscou responder ao questionamento da criança de maneira franca e de acordo com o nível daquela criança. E foi além ao levar informações não somente para seus alunos, mas também, para os pais desses alunos.

Existe a preocupação de que a educação sexual aconteça nas escolas, uma vez que, na mídia, de uma forma ou de outra, ela está acontecendo, ou como uma exploração exacerbada quanto à sensualidade humana, ou quando se veiculam quer denúncias relevantes sobre sexo, pedofilia, prostituição infantil, quer em programas que apostam em matérias de comportamento para que as pessoas divirtam-se e esclareçam suas dúvidas, quer em informações sobre outras culturas, ou, ainda, em pesquisas ou novidades.(MAISTRO, 2009, p.42)

Já no discurso do professor do 3º ano, podemos observar que as dúvidas que seus alunos mais expressam está relacionado as mudanças do corpo. Entretanto, outro ponto que devemos destacar é quando ele relata que essas dúvidas são levadas a ele porque os alunos não se sentem à vontade para discutir esses assuntos com os pais.

Teve aluno que chegou comigo e falou sobre essa questão da sexualidade, a mudança que estava acontecendo no corpo, teve aluno que se surpreendeu de ver aquela mudança que estava acontecendo, mas que não tinha, de certa forma, a liberdade de conversar em casa. Então eles vieram conversar comigo e eu na medida do possível para não ser invasivo alertei, procurei mostrar para eles que aquilo é normal que era da idade e que aquilo possivelmente para eles que era novo, mas que aquilo sempre ia se repetir com outros alunos, com ele e que aquilo não era nada de anormal. Mas que teve aluno que tinha vergonha de conversar em casa devido a questão dessa dificuldade que tem dos pais terem essa, de certa forma, liberdade de poder conversar abertamente com os filhos. Então eu procurei conversar com eles dessa forma, dizer que aquilo ali era normal e que infelizmente tem alguns que levam para o lado da brincadeira, mas em cima disso a gente procura alertar a importância que tem isso (P3).

De acordo com Zocca (2015, p.27), “os professores devem se preparar para dialogar com naturalidade em um ambiente propício que estimule a confiança dos jovens: a sala de aula”, pois, como no caso relatado, alguns discentes não possuem essa liberdade para conversar com os pais e acabam levando suas dúvidas para a escola, que por sua vez deve ter profissionais abertos ao diálogo para que o aluno se sinta à vontade para conversar com o professor.

A professora do 4º ano narra que nas aulas sobre sexualidade “logo no início eles ficam com vergonha, meio constrangidos, [...] eles não chegam fazendo nenhuma pergunta em relação ao tema [...]. Mas dependendo de como a gente vai tratar o tema, o aluno vai se soltando”.

Sobre a questão do constrangimento apresentado pelos alunos, Moizés (2010, p.79) afirma que “apesar de falarem mais sobre sexualidade, hoje, muitos jovens ainda sentem vergonha e medo de discutir o assunto”. Todavia, essas questões podem ser superadas de acordo com a maneira que o educador aborda a temática na sala de aula.

A professora do 5° ano relata que há dois tipos de reações nas aulas sobre sexualidade e isto se deve a educação que aquele aluno recebeu previamente em casa, “quando o tema é trabalhado dentro da família, eles acham o tema normal. Mas, quando isso não é trabalhado na família, eles acham que o professor tá sendo, no pensamento deles, enxerido”.

Segundo Ribeiro (1992, p.3) “toda família realiza a educação sexual de seus filhos. Mesmo aquelas que não falam abertamente sobre esse assunto, estão passando valores, e, mesmo no ‘discurso silencioso’, estão mostrando como a sexualidade é vista/vivida”, e esses valores são levados pelos alunos para a sala de aula. Portanto, a criança que foi criada vendo a educação sexual como um assunto a não ser discutido, quando se depara com ele na escola, pensa que o professor está sendo “enxerido”, enquanto aquelas que conversam abertamente com a família sobre a temática, veem a educação sexual na escola como algo normal.

As perguntas que os alunos do 5° ano mais fazem, segundo a professora, são sobre “menstruação, as mudanças do corpo, gravidez, de onde sai o bebê”. Mas, isso depende, segundo P5, “da mente de cada criança, porque tem criança que é muito desenvolvida, e tem umas que tem a mente mais infantil e não fazem tanta pergunta, então depende muito da criança e da forma que a família aborda o tema em casa”.

Isto significa, de acordo com o relato da professora, que algumas crianças, principalmente as mais velhas, já se depararam com situações que despertaram sua curiosidade com relação a sexualidade, enquanto as mais novas ainda não se depararam com essas situações ou essas situações ainda não despertaram seu interesse.

Com relação a metodologia utilizada em sala de aula para abordar o tema sexualidade, P1 utiliza imagens, atividades tiradas da internet, vídeos que ela acha interessante e adequados para o nível dos alunos. P2 emprega a roda de conversa, teatro de fantoches, historinhas, teatro.

A respeito da dramatização, Figueiró (2006) classifica como uma estratégia “fundamental e imprescindível” na Educação Sexual, desde que, ao final da dramatização ocorra a roda de conversa a respeito da dramatização para saber o que a criança abstraiu desse momento e se ficaram dúvidas que a professora possa esclarecer.

P3 busca abordar a temática por meio da roda de conversa. P4 utiliza textos informativos, roda de conversa, apresentação de mini seminários, produção textual, trabalhos em grupos e individuais.

P5 utiliza vídeos e posteriormente faz uma mini palestra, além disso, a professora faz perguntas para os alunos com a finalidade de investigar o que os alunos já conhecem sobre o tema que vai ser discutido e, também, utiliza a pintura e o desenho, pois, algumas vezes os alunos não conseguem se expressar (falar).

De acordo com as informações apresentadas pelos educadores, a metodologia mais utilizada na sala de aula para abordar a temática é a roda de conversa. Quando realizada de maneira correta, a roda de conversa proporciona uma aproximação entre os saberes dos alunos e os saberes do professor. No entanto, trabalhar a temática “não é conversar de vez em quando, quando o assunto entra na roda. Tem de haver uma continuidade de trabalho, que essa conversa aconteça regularmente, com aulas semanais, por exemplo”. (EGYPTO, 2012, p.21)

Ou seja, a roda de conversa sobre educação sexual tem que ser uma prática recorrente. Além disso, a temática pode ser inserida as demais metodologias como as apresentadas por alguns educadores que trabalham a temática por meio de textos informativos, produção textual, seminários, palestras, teatro, trabalhos em grupos e individuais. Nesse sentido, Ribeiro (1992) afirma que:

O trabalho de educação sexual é integrado às atividades diárias: situações como histórias, na abordagem dos conteúdos no cotidiano da sala de aula, nos jogos e brincadeiras ou nas diversas situações que se apresentam e podem ser aproveitadas. O professor, dentro de sua prática pedagógica, poderá identificar em que momento poderá abordar alguns conteúdos de forma sistematizada e planejada. (p.6)

O que podemos perceber com essas metodologias adotadas é que, ao realizar as rodas de conversa, teatros, pinturas e produções textuais, os professores estão proporcionando aos seus alunos momentos para se expressar, e com essas ações os professores estão contemplando os princípios norteadores da Educação Sexual formal propostos por Figueiró (2009):

- educar sexualmente é criar oportunidades para o aluno expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, refletir sobre suas atitudes e rever preconceitos;
- para educar sexualmente é preciso saber ouvir;
- o aluno deve ser visto como sujeito ativo no processo ensino aprendizagem e deve ter muito espaço para falar e ouvir seus colegas;
- o professor deve ser a pessoa que cria as condições para o aluno aprender, ao invés de ser um simples transmissor de conhecimentos. (p. 151)

Sobre os materiais didáticos-pedagógicos que a escola disponibiliza para trabalhar com a temática a professora do 1º ano afirma que “não, se tem eu não conheço, tem para os outros anos, mas não tem para o primeiro ano”. P2 e P4 narram que a escola não dispõe desses materiais, e que é o próprio professor que pesquisa e produz seus materiais. Dentre esses materiais, as professoras destacaram que pesquisam na internet sobre a temática e criam historinhas e peças teatrais adaptadas para a faixa etária dos seus alunos. No entanto, P3 afirma que na Escola existem livros para o 4º e 5º ano que abordam a temática da sexualidade.

Para Avelar (2012) a realização da educação sexual “é de suma importância a aquisição de materiais didáticos apropriados, pois enriquecem as aulas participativas e demonstrativas”. (p.76)

A professora do 5º ano relatou que a escola dispõe de materiais para a operacionalização das aulas sobre educação sexual, mas não foi possível observar nenhum material didático-pedagógico sobre educação sexual.

Depende, se a escola tiver condições. Se a escola tiver Datashow, a escola não tem Datashow no momento, mas a gente já usou na escola quando tinha, a gente usa a tevê, a caixa de som para colocar músicas, a escola fornece microfone, eu uso meu computador, mas se precisar a escola fornece. A gente usa papel A4 para imprimir desenhos e atividades. (P5)

No discurso da professora fica subentendido que a escola não dispõe de tantos recursos materiais e equipamentos, ou que já esteve disponível e agora não está mais, como no caso do datashow que a escola possuía e no momento estava em manutenção. Contudo, a professora esclarece que os materiais da Escola, apesar de escassos, sempre estão disponibilizados para o educador usufruir.

A respeito da família dos alunos, se estes ainda possuem tabu, com relação ao tema educação sexual na sala de aula e qual o envolvimento dos pais com relação à educação sexual desenvolvida na escola, P1 e P4 não souberam informar, porque ainda não conversaram com os pais de alunos sobre essa temática.

Ainda que no PCN de Orientação Sexual indique que “a escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a inclusão de conteúdos de Orientação Sexual na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores da proposta. O diálogo entre escola e família deverá se dar de todas as formas pertinentes a essa relação”. (Brasil, 1997, p.85)

P2 relata que quando informa aos pais que vai trabalhar com a temática, alguns não aceitam, por confundirem sexualidade com sexo. No entanto, ela contorna a situação ao informá-los de que forma ela vai abordar o assunto.

Ainda tem alguns pais que se preocupam, porque as vezes eles confundem muito educação sexual com sexo, com o ato sexual. Então a gente explica que a educação sexual serve para prevenir coisas que podem vir a acontecer, por exemplo a agressão física, a exploração. As vezes eles confundem, mas antes de eu trabalhar o tema, eu fiz primeiro uma reunião com eles, explicando de que forma eu vou trabalhar, que o teatrinho vai ajudá-los a terem cuidados com certos toques no corpo. Não é que a gente vai demonstrar para eles uma cena do ato sexual, e sim do abuso que acontece, para eles terem aquela noção e se prevenir, e também, ter aquela coragem de contar se chegar a acontecer. E foi dessa forma que eu trabalhei na sala com eles.

Ai a maioria dos pais que não apoiavam falaram: - professora, sendo desse jeito a senhora pode trabalhar assim com eles. Então foi dessa maneira que eu tive consentimento deles. (P2)

Nessa perspectiva, Egypto (2012) afirma que a preocupação dos pais em relação à educação sexual na escola é a estimulação sexual “precoce” que seus filhos podem sofrer, e isto leva a ideia implícita de que se a criança não for informada sobre sexo ela não terá ou

manifestará desejo sexual. Entretanto, é sabido que a falta de conhecimento sobre sexualidade não irá proteger a criança, e sim torná-la mais suscetível às situações, por não saber enfrentá-las adequadamente. Por isso, é importante a professora quebrar esse tabu que os pais têm sobre a educação sexual na escola.

O professor do 3º ano, afirma que ainda encontra dificuldades para abordar a temática do jeito que gostaria e que mesmo conversando com os pais, alguns acabam limitando suas aulas ao impor até onde ele pode abordar a temática, isso ocorre por ainda possuírem tabus em relação a educação sexual.

[...] a gente procura mostrar para os pais que é muito mais importante eles deixarem com que a escola juntamente com o apoio da família a gente aborde esse tema sem ser invasivo e mostrar para eles a importância que tem. Porque, muitas vezes, os pais não têm esse conhecimento de causa, ou as vezes não sabe como falar e as vezes até nos impedem de fazer um trabalho mais aprofundado. Depois que a gente conversa com eles e mostra para eles que esse trabalho é de suma importância e que vai futuramente trazer ganhos para eles, tem alguns que entendem, mas ainda existe infelizmente aqueles que ficam com o “pé atrás” que de certa forma impedem e quando permitem pede que a gente aborde de forma bem simples, de forma não invasiva e que não se aprofunde muito e dizem que em casa eles conversam sobre isso. Só que infelizmente a gente sabe que isso não acontece, mas a gente procura, de certa forma, mostrar para eles a importância de se trabalhar com a temática[...] (P3)

Ressaltam-se nesse discurso apresentado pelo educador, sentimentos conflitantes entre abordar o tema e ser invasivo e abordar sem ser invasivo. A ideia que fica implícita é que ser invasivo é abordar temas relacionados ao sexo e/ou relação sexual, e que não ser invasivo é deixar essas temáticas apenas para a família abordar.

Almeida (2009), em consonância com Egypto (2012), alega que há famílias que entendem que abordar o tema sexualidade com crianças é dispensável, podendo o mesmo causar um incentivo precoce ao sexo. Por esse motivo, alguns pais, como no relato do professor, reprovam ou limitam a abordagem da sexualidade na sala de aula e, na maioria das vezes, essas limitações estão relacionadas ao sexo e/ou relação sexual por ser considerados assuntos “invasivos” para as crianças.

A professora do 5º ano afirma que algumas famílias ainda possuem tabu, mas os pais dos alunos do 4º e 5º ano preferem que esses assuntos sejam discutidos na escola, pois possuem dificuldades em conversar com seus filhos sobre esses assuntos.

Algumas famílias sim, mas aqui na escola já tá no nosso currículo, então aos poucos a gente vai abordando nas reuniões que tem com os pais, a gente aborda o assunto na sala de aula com eles. Nessas reuniões falamos que do primeiro ao terceiro ano são assuntos bem leves só para os alunos terem uma noção, principalmente de assédio sexual. Mas do quarto ao quinto ano os pais já acham até melhor, porque eles têm muita dificuldade de conversar sobre esses temas em casa, então os pais acabam jogando para a escola a responsabilidade de discutir o tema.

Então depende muito da família, cada um reage de uma forma. (P5)

Como podemos notar, os pais ainda possuem tabus e preconceitos a respeito da discussão educação sexual estar presente na Escola, por outro lado, existem pais que são a favoráveis a existência dessa discussão no ambiente escolar, por não conseguirem discutir tal assunto em casa e acabam delegando essa função a escola. Isto ocorre devido, segundo Ribeiro (1992):

A vivência sexual dos filhos mexe muito com a estrutura dos pais, no sentido que reativa a própria sexualidade vivenciada por eles, com os próprios fantasmas que a sua adolescência trouxe e que, provavelmente, na maioria das vezes não puderam ser elaboradas de forma adequada. E um trabalho, proposto pela escola, pode ser importante nesse processo. (p.10)

Portanto, quando os professores reúnem com os pais e explicitam o que irão ensinar para os seus filhos, isto ajuda a quebrar esses tabus e preconceitos com relação a educação sexual, entretanto, o ideal seria que a escola abordasse a educação sexual também com os pais, através de projetos, capacitando-os a orientação dos filhos de maneira adequada. (RIBEIRO, 1992). Pois, segundo Maistro (2009), os pais têm uma vivencia mais próxima com os alunos, e isso se deve a convivência diária, logo, se estes estiverem aptos e dispostos a conversar com seus filhos conseguiriam realizar essa educação sobre sexualidade melhor do que qualquer escola.

3.3 Apontamentos para uma educação sexual emancipatória

Como podemos notar, durante a pesquisa, a educação sexual está inserida na Escola por meio do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Curricular e se concretiza na sala de aula por meio da prática docente. Nos documentos e nas falas dos educadores podemos identificar aproximações com diversas abordagens da educação sexual.

Apesar dos documentos, e dos professores, discutirem sobre o respeito, preconceito, direitos e deveres, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a abordagem emancipatória - ou política - da sexualidade, visto que a sexualidade vai muito além dessas temáticas.

Figueiró (1996) aponta como características principais da abordagem política a concepção da Educação Sexual comprometida a transformação social e o combate da repressão sexual. Nesse sentido, Nunes e Silva (2000, p. 71) apontam que a educação sexual emancipatória:

[...] busca identificar os estereótipos sexuais e questionar seus fundamentos e representações. Visa educar para a compreensão significativa e igualitária da identidade de gênero, de modo a representar homens e mulheres, masculino e feminino, como forma psicohistóricas da condição humana, iguais em sua potencialidade de *hominização* e *humanização* e diferentes em suas expressões culturais, subjetivas e ontológicas. (Grifo do autor)

Em relação ao comprometimento com a transformação social, acredito que a escola contempla a temática tanto em seus documentos, quanto na prática pedagógica dos educadores. Mas, a preocupação principal dos educadores está em abordar o combate ao abuso e à exploração sexual infantil, tendo em vista que entre 2011 e 2017, o Brasil teve um aumento de 83% nas notificações gerais de violências sexuais contra crianças e adolescentes, segundo o boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde em 2018.

Portanto os professores acabam discutindo bastante com os alunos o que pode se configurar como violência sexual, comportamentos que eles devem tomar precauções e etc. Nessa perspectiva, entendo a importância de se discutir a temática e defendo que a temática seja discutida na escola, pois, “inserida numa perspectiva de Educação Sexual emancipatória, [...] o ensino sobre a sexualidade necessita manter-se vinculado a lutas sociais, entre essas, a luta contra toda a forma de opressão, de discriminação e de violência” (FIGUEIRÓ, 2009, n.p.)

Por outro lado, é necessário que os educadores combatam a repressão sexual e demonstrem a importância do prazer (saudável) na vida dos indivíduos, mostrando que estes são sujeitos de sua sexualidade, mesmo se tratando de crianças, pré-adolescentes e adolescentes, estas são temáticas que devem ser abordadas no ambiente escolar, isto requer um professor que:

[...] orienta para o resgate do gênero, do erótico e do prazer na vida das pessoas; ajuda a compreender como as normas sexuais foram construídas socialmente; considera importante o fornecimento das informações de conteúdos pertinentes à sexualidade; alerta para repressões ou auto repressão; propicia questionamentos filosóficos e ideológicos; encara a questão sexual como uma questão ligada diretamente ao contexto social, influenciando e sendo influenciado por esse; dá ênfase à participação em *lutas coletivas* para transformações sociais; considera importantes as mudanças de valores, atitudes e preconceitos sexuais do indivíduo para o alcance de sua libertação e realização sexual. (FIGUEIRÓ, 2001, p. 108). (Grifo do autor)

Por meio desse processo, considerado pela autora como um meio para se chegar a novos valores sexuais, que alcançaremos a educação sexual emancipatória na escola, que proporcione além da formação e informação, como também a vivência de uma sexualidade com liberdade e responsabilidade, em nível individual e em sociedade.

Isto significa que o professor não pode deixar para abordar esses assuntos somente na disciplina de ciências, onde na maioria das vezes, acaba predominando a visão biológica e fisiológica de sexualidade. Vale ressaltar que estas visões são importantes para informar o indivíduo, no entanto, é primordial que se tenha clareza da existência de outras questões, tais

como: valores, comportamentos e os determinantes históricos, políticos e sociais referentes a sexualidade.

O educador que pretende educar sexualmente seus alunos dentro da abordagem emancipatória precisa dominar conhecimentos sobre sexualidade, para além da parte biológica, é necessário saber conduzir debates, pois os alunos querem e precisam saber, falar, discutir sua a temática, saciar suas curiosidades. Uma educação sexual emancipatória só acontece se a escola, como um todo, assumir uma visão ampla e compreensiva da diversidade abrangente da sexualidade, capaz de superar as repressões e promover a libertação e realização sexual.

Para Dessunti, Soubhia e Alves (2009) isto não significa extinguir os aspectos biológicos e fisiológicos da educação sexual e sim complementá-los com a perspectiva emancipatória, contribuindo para um alcance social maior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso buscou averiguar como o tema “educação sexual” é abordado no projeto político-pedagógico e no currículo (conteúdos e práticas) de uma escola de ensino fundamental, anos iniciais, localizada no município de Breves - PA.

No decorrer desta pesquisa, apresentamos um pouco da história da educação sexual no Brasil para compreender que as diferentes abordagens foram adotadas na implementação da educação sexual nos discursos educacionais ainda se fazem presentes nas instituições escolares, ainda que algumas abordagens sejam consideradas reducionista.

Observamos que a educação sexual surge cercada de tabus e preconceitos com a proposta de ditar as posturas a serem adotadas por homens e mulheres de acordo com os valores morais da época e isso era responsabilidade somente da família. A educação sexual só passou a ser inserida nos discursos médicos e educacionais quando adotou um caráter informativo.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei 9.394/1996, o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, a educação sexual foi reconhecida oficialmente como temática a ser inserida nas instituições de ensino.

A LDB 9394/96 tem sua importância ao estabelecer disciplinas do núcleo comum que deverão estar presentes em todos os currículos das entidades de Ensino Público e Privado. Ainda que a educação sexual não seja discutida no documento, o mesmo dá abertura para que ela possa ser inserida nos temas transversais, de acordo como os Parâmetros Curriculares Nacionais que apresenta orientações para realização de discussões sobre sexualidade na escola. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, orientam o planejamento curricular das escolas para assegurar que conteúdos básicos sejam ensinados para todos os alunos, incluindo gênero e sexualidade.

Portanto, é possível notar que os documentos introduzem a temática sem dar muita ênfase, exceto o PCN de Orientação Sexual, que demonstra a importância e como inserir a temática desde as “séries” iniciais até o ensino médio nas escolas.

Embasado nesses estudos e nos dados coletados através da pesquisa documental e das entrevistas, que foram imprescindíveis para alcançar os objetivos do presente estudo, foi possível notar que a temática educação sexual está inserida no Projeto Político-Pedagógico, na Proposta Curricular e na prática docente de uma escola no município de Breves, conforme as orientações do PCN de orientação sexual, que, por sua vez, tem aproximações com as

abordagens pedagógica e biológico higienista, que foi um dos questionamentos principais a que pretendíamos responder.

A respeito da prática curricular, observou-se que a Escola inseriu a temática em seus documentos. No PPP, ela é abordada de forma mais indireta ao abordar respeito à diversidade, ou quando propõe abordar orientação sexual como tema transversal. Na Proposta Curricular notamos a inserção do tema transversal Orientação Sexual, mas não há orientações sobre como o professor deverá trabalhar com essas temáticas, e isso reflete na prática docente, pois sem essas orientações vimos que a abordagem do tema torna-se assistemática, exceto no 5º ano, que prevê que a temática seja trabalhada nas disciplinas de ciências e ensino religioso.

E como vimos no decorrer desta pesquisa, é de fundamental importância que a temática seja abordada sistematicamente (MAISTRO, 2009). Para isso, o professor deve estar preparado para discutir a temática com seus alunos de forma aberta, sem tabus ou preconceitos e ter uma relação de confiança com eles, tornando a sala de aula um ambiente propício para que os alunos se expressem.

As expressões e/ou manifestações trazidas pelos alunos sobre a sexualidade devem ser o ponto de partida para o professor trabalhar com a temática e conhecer as dúvidas dos seus alunos, corrigir informações que o aluno possa ter recebido de forma incorreta e/ou equivocada, e emancipá-lo sexualmente ao trabalhar com questões que englobam relações de poder, aceitação das diferenças e respeito pelas minorias (FIGUEIRÓ, 1996).

Portanto, se o PPP e a Proposta Curricular não preveem as ações pedagógicas de maneira mais sistemática, mais difícil será para o professor inserir a educação sexual em suas aulas de maneira previamente planejada.

Durante o relato dos professores, as dificuldades mais recorrentes eram sobre a falta de material didático pedagógico ofertado para trabalhar com o tema educação sexual, além disso, a falta de apoio dos pais quando o educador se propõe a discutir a temática com seus alunos.

Essa falta de materiais limita bastante a prática do educador que poderia tornar a aula mais interessante, dinâmica e mais significativa para o discente. Outro aspecto que limita a prática docente são os tabus que os pais têm sobre a educação sexual, que por sua vez acabam reprimindo as ações desenvolvidas pelo professor.

Segundo o PCN de Orientação sexual, não podemos abordar a temática educação sexual sem explicar para os pais quais conteúdos, finalidades e metodologias serão utilizadas para abordar a temática. Isso faz com que, na maioria dos casos, os pais revejam alguns preconceitos e tabus, e aceitem a abordagem do tema na sala de aula.

Contudo, destacamos a importância de inserir a temática educação sexual no projeto político-pedagógico e no currículo (conteúdos e práticas), e vimos que os documentos são base das ações desenvolvidas na escola. Portanto, ter a temática inserida nos documentos é o primeiro passo a inserção do tema nos discursos dos educadores. O segundo passo seria dispor de mais materiais didáticos para se trabalhar com a temática. Destacamos também a importância de dialogar sobre a temática não somente com os alunos, mas também com o a família, pois estes exercem um papel imprescindível na educação sexual dos alunos e necessitam estar aptos a orienta-los de maneira adequada.

Com os dados coletados foi possível alcançar os objetivos propostos, ressaltando que esta pesquisa possibilitou observar outros temas que não puderam ser discutidos nesse trabalho, mas que seria interessante destacá-los em pesquisas futuras, tais como: a formação continuada sobre educação sexual, as manifestações da sexualidade entre adultos em famílias populares com condições específicas de habitação, além do planejamento e implementação de projetos direcionados para a temática educação sexual.

A partir do exposto, evidenciamos que é necessário abordar a temática educação sexual para além da abordagem biológico-higienista. Decerto que esta contempla os aspectos informativos da educação sexual, mas a escola pode ir além ao inserir a abordagem emancipatória, contemplando os aspectos formativos, conscientes e críticos que a temática envolve.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Aparecida de. **Orientação sexual nas escolas: seria possível se não incomodasse?** (Dissertação: Mestrado em enfermagem). Centro de Ciências e Saúde, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa. 2009.

AVELAR, Fátima. As dificuldades do processo. In: EGYPTO, Antonio Carlos. **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BENITES, Maria José de Oliveira. **Educação sexual e formação docente: Um estudo a partir de concepções discentes**. (Dissertação: Mestrado em educação). Centro de Ciências da Educação, da Universidade Regional de Blumenau – Blumenau, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e Bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual**. Vol. 10. Brasília, 1997.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. RESOLUÇÃO Nº: 07/2010. Brasília. DF. 2010.

_____. Ministério da saúde. Secretaria de vigilância em saúde. **Boletim Epidemiológico**. Volume 49. nº27. 2018.

BREVES-PA. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. DIRETORIA DE ENSINO. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Proposta Curricular**. Breves, 2015.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. DIRETORIA DE ENSINO. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Projeto Político Pedagógico**. Breves, 2019.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Lugar de sexo é na escola? Sexo, sexualidade e educação sexual. In: Secretaria de estado da Educação. Superintendência de educação. Departamento de diversidade. **Núcleo de gênero e diversidade sexual**. Curitiba: SEED-PR, 2009.

CORRÊA, Carmen Izaura Molina. **Análise da participação de uma escola pública na educação sexual de seus alunos**. (Dissertação: Mestrado em educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Marília, 2003.

DESSUNTI, Elma Mathias; SOUBHIA, Zeneide; ALVES, Elaine. A formação de recursos humanos em saúde. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009.

EGYPTO, Antonio Carlos. **O projeto de orientação sexual na escola**. In: _____. **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. In: _____. **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A produção teórica no Brasil sobre educação sexual.** Caderno de pesquisa, São Paulo, n.98, p. 50-63, ago. 1996. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/795/806>> Acesso em: 25 de março de 2019.

_____. **A viabilidade dos temas transversais à luz da questão do trabalho docente.** Revista de psicologia social e institucional, v. 2, n.1, 2000. Disponível em: <<http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n12.htm>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

_____. Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum. In: _____. **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum.** Apresentação. Londrina: UEL, 2009.

_____. **Educação Sexual: retomando uma proposta um desafio.** 2º ed. Londrina: EDUEL, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **Corpo, gênero e sexualidade na educação infantil.** Reflexão e Ação, v.16, n.1, p. 84-93, 2008. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/569>> Acesso em: 30 de julho de 2019.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

INÁCIO, Clesiomar Antonio dos Santos. **Concepções sobre sexualidade de professores e funcionários que atuam em uma escola municipal de Educação Básica.** (Dissertação: Mestrado em educação sexual). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara – Araraquara, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Orientação Sexual na Escola. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (org.). **Sexualidade e Educação: aproximações necessárias.** São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

MAISTRO, Virginia Iara de Andrade. Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: em busca de mudanças.** Londrina: UEL, 2009.

MARTIN, Selma Alves de Freitas. **Educação Sexual na Escola: concepções e práticas de Professores.** (Dissertação: Mestrado em educação). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente, 2010.

MARTINS, Claudete. **Educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental concepções e prática.** (Dissertação: Mestrado em ensino de ciências e matemática). Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, 2011.

MOIZÉS, Julieta Seixas. **Educação sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do ensino fundamental.** (Tese: Doutorado em enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, 2010.

NUNES, César e SILVA, Edna. **A Educação Sexual da Criança: Subsídios Teóricos e Propostas Práticas para uma Abordagem da Sexualidade para além da Transversalidade.** – (Coleção Polêmicas do nosso Tempo; 72). Campinas- SP: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Vera Lucia Bahl de. **Sexualidade no contexto contemporâneo: um desafio aos educadores.** In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum.** Londrina: UEL, 2009.

RIBEIRO, Josely Ferreira. **Sexualidade na escola: um olhar sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais.** (Dissertação: Mestrado em educação). Universidade Federal de Juiz de Fora – Juiz de Fora, 2009.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: _____. **Sexualidade e Educação: aproximações necessárias.** São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

RIBEIRO, Marcos. **Educação Sexual.** Além da Informação. São Paulo: EPU, 1992. Disponível em:

<http://www.reprolatina.institucional.ws/site/repositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Educacao_Sexual.pdf> Acesso em: 06 de agosto de 2019.

RODRIGUES, Viviani Aparecida da Silva. **Educação sexual: praticas pedagógicas em aulas de Ciências de escolas da Diretoria de Ensino de Votorantim/SP/.** (Dissertação: Mestrado em educação). Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba – Sorocaba, 2015.

SANTANA, João Rogério Menezes de. **Sexualidade e gênero: percepções de estudantes e professoras do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública de Itabaiana.** (Dissertação: Mestrado em ensino de ciências naturais e matemática). Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, 2013.

SAYÃO, Rosely. **Adolescência antecipada.** Folha de S. Paulo. São Paulo, quinta-feira, 18 de setembro de 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/eqilibrio/eq1809200819.htm>> Acesso em: 16 de agosto de 2019.

SILVEIRA, Denise Tolfo; GERHARDT, Tatiana Engel (eds.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

VACCARI, Isabela Lia. **Gênero, educação sexual e ensino de ciências: perspectivas de professoras e professores da educação básica.** (Dissertação: Mestrado em ensino e processos formativos). Universidade Estadual Paulista – Jaboticabal, 2018.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1998.

YANO, Karen Murakami; RIBEIRO, Moneda Oliveira. **O desenvolvimento da sexualidade de crianças em situação de risco.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 45, n.6, p.1315-1322, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n6> > Acesso em: 16 de agosto de 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZOCCA, Adriana. **A educação sexual e suas entrelinhas nas concepções dos gestores**. (Dissertação: Mestrado em educação sexual). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara – Araraquara, 2015.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
 CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada “**EDUCAÇÃO SEXUAL: ABORDAGENS PRESENTES NA PROPOSTA CURRICULAR DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA**”, cujo objetivo é: Averiguar a inserção do tema “Educação Sexual” no projeto político-pedagógico e no currículo de uma escola de ensino fundamental, séries iniciais, localizada no município de Breves-PA; e para participar é necessário que você leia este documento com atenção, uma vez que pode conter palavras que você não entenda, e que cabe a mim elucidar. Ressalto que sua decisão em participar deste estudo é voluntária e você não será pago por sua participação, assim como não terá nenhum custo. Assim sendo, caso decida participar, deverá assinar esse termo de consentimento. Contudo, poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

O pesquisador responsável pelo estudo irá coletar informações fornecidas por você, através de entrevista gravada com a utilização de aparelho digital. Em todos esses registros um código substituirá seu nome. Todos os dados coletados serão mantidos de forma confidencial. Sua identidade não será revelada em qualquer circunstância e sua participação não envolverá desconforto ou riscos.

Os discursos coletados serão usados para a avaliação da pesquisa. Os dados também podem ser usados em publicações científicas pelo pesquisador sobre o assunto pesquisado. Estarão garantidas todas as informações que você queira, antes durante e depois da pesquisa e se você tiver alguma dúvida com relação à pesquisa, deve contatar a responsável pelo estudo (**Newmara Costa /Telefone: (91)9-9313-8221**).

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão me acarrete problemas. Eu entendi que não haverá problema com relação à pesquisa e que a mesma não acarretará custos ou danos para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____ Data ____ / ____ / ____
 Assinatura do participante

_____ Data ____ / ____ / ____
 Assinatura do pesquisador

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
 CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GRADUANDA: NEWMARA COSTA DA COSTA

**TCC: EDUCAÇÃO SEXUAL: ABORDAGENS PRESENTES NA PROPOSTA
 CURRICULAR DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA**

OBJETIVOS

Geral:

- Analisar a inserção do tema “Educação Sexual” no projeto político-pedagógico e no currículo de uma escola de ensino fundamental, séries iniciais, localizada no município de Breves-PA.

Específicos:

- Contextualizar o processo histórico da educação sexual em escolas públicas brasileiras.
- Descrever e discutir os conteúdos e as práticas pedagógicas para a abordagem do tema “educação sexual” em uma escola de ensino fundamental do município de Breves-PA.

PERFIL DOS/AS DOCENTES

Nome (opcional): _____

Idade: _____

Sexo: () M () F

Formação: _____

Função: _____

Tempo de experiência na função: _____

Carga Horária de Trabalho: _____

Data de realização da entrevista: ___/___/___

Hora: ___ h ___ min.

Local: _____

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – DOCENTES

- 1) Quando você se depara diante de uma manifestação da sexualidade infantil por parte de um(a) aluno(a), qual tem sido sua atuação?
- 2) Quais os conteúdos relacionados à sexualidade humana são desenvolvidos na sala de aula? Esses conteúdos são trabalhados no âmbito das disciplinas? Caso positivo, em quais disciplinas aparecem esses conteúdos? Há no currículo da escola algum projeto relacionado à Educação Sexual, voltada para os alunos? Qual é esse projeto?
- 3) Quais as metodologias são utilizadas para abordar o tema sexualidade na sala de aula?
- 4) Há algum material didático-pedagógico para se trabalhar a temática sexualidade na escola em que você trabalha?

- 5) O currículo escolar (conteúdos e práticas) contempla as possíveis curiosidades dos discentes em relação à sexualidade? Caso positivo, de que forma contempla?
- 6) Como ocorre, a participação dos educandos, durante as aulas sobre sexualidade? Que dúvidas eles expressam?
- 7) As famílias, ainda possuem tabu, com relação ao tema educação sexual na sala de aula? Qual o envolvimento dos pais com relação à educação sexual desenvolvida na escola?